

Abril de 2020

104

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**desastres do sistema
agroalimentar industrial**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mu-lheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodla@gmail.com
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla de La Vía
Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente
sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Design e diagramação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com
Ana Luisa Dibiasi (Brasil)
design@anadibiasi.com

Conteúdo

EDITORIAL

Apresentação do *Atlas del Agronegocio Transgénico en el Cono Sur* 1

A instalação do modelo: ausência de debate público, autorizações fraudulentas, imposição pela contaminação

Biodiversidade: resumo de dois capítulos do Atlas do Agronegócio 4

Muita terra em poucas mãos: a destruição da vida
Darío Aranda 12

Do agronegócio inviável à agricultura pós-industrial
José Godoy Berrueta 18

Desafios e estratégias para enfrentar o modelo de agronegócio a partir da organização camponesa

Fabián Pachón (Fensuagro, CLOC-Vía Campesina) 23

O dano global das granjas industriais | *Biodiversidad* 27

UMA PANORÂMICA, MUITAS VISTAS 31

Entrelaçamentos que pioram os sistemas agroindustriais de alimentos

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIAS, RELATOS 41

Brasil: dois poemas de Ana Rauber, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) | México: Bayer-Monsanto comemora a lei de fomento do milho nativo; *Ley de Fomento y Protección del Maíz*: Novo ataque legal contra os povos? | Brasil: Às águas: gratidão, perdão, respeito e compromisso | A cidadania e os povos do mundo reivindicamos nossa semente (Dia Internacional das Sementes)

A foto da capa mostra a obsolescência programada da maquinaria industrial no campo. Esse trator, captado na península de Yucatán, no México, reproduz em seu trabalho tudo o que já foi feito no Cone Sul, arrasando-se vastas extensões de terras para plantar soja transgênica, e que começa a ser plantada no México. A expansão do agronegócio seria imparável se não fosse pela resistência dos povos.

Nesse caso, o agronegócio de natureza industrial é realizado pelas famílias menonitas que se distribuem por Campeche, Yucatán e Quintana Roo [México], e combinam milho com soja híbrida ou transgênica quando os permitem fazer. Ao longo desta edição, as fotos documentam o sistema agroindustrial na América Latina. As fotos são de Zuiri Méndez, Henry Picado, Jerónimo Palomares, Leonardo Melgarejo, Biodiversidade, Hugo Susano, das comunidades do município de Texcatepec agrupadas no Centro de Direitos Humanos da Serra Norte de Veracruz, no México, e David de la Cruz em San Isidro, Jalisco [México]. Todos os gráficos e tabelas fazem parte do trabalho coletivo em que organizações da Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil e Bolívia juntaram esforços para nos oferecer o *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur*.

Agradecemos o apoio da Fundação *Pan Para Todos*, da Suíça, e da *Misereor*, da Alemanha.

Agradecemos o apoio da Fundação Heirich Böll à edição em português.

Nesta edição de *Biodiversidade, sustento e culturas*, queremos apresentar os frutos de um amplo estudo coletivo. Uma intensa sistematização que se abastece dos longos anos de trabalho de muitas pessoas em várias regiões e países. Trata-se de um perfil detalhado do sistema agroindustrial no Cone Sul, que suas autoras e autores chamam de *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur*, que está em processo de impressão, mas já está circulando em sua versão eletrônica.

Suas autoras e autores dizem: “O *Atlas* que estamos compartilhando é fruto de mais de trinta anos de análises, pesquisas e lutas nos territórios de milhares de lutadoras e lutadores, pesquisadoras e pesquisadores, comunicadoras e comunicadores que nunca se resignaram a ver seus territórios usurpados por um modelo de agricultura que esqueceu sua essência e seu significado: produzir alimentos saudáveis para os povos”.

O ponto nodal do documento centra-se em entender os motivos e as razões da transformação dos enclaves rurais que moldaram o panorama devastador que estamos testemunhando agora.

Aí surgem aninhadas a monopolização e a destruição que aumentaram quando a soja transgênica - e quase simultaneamente o milho transgênico - foram introduzidos pela primeira vez na Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

I



Carregando cenoura industrial. Foto: Jerónimo Palomares

O *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur* oferece respostas contundentes, e aí surgem aninhadas a monopolização e a destruição que aumentaram quando a soja transgênica – e quase simultaneamente o milho transgênico – foram introduzidos pela primeira vez na Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Estes são os países que o *Atlas* delimita geograficamente para a pesquisa.

“Nestes países, e a partir de 1996, o cultivo de soja transgênica resistente ao glifosato foi implantado massivamente. Tal foi a força dessa imposição que, em 2003, a Syngenta publicou um anúncio publicitário de um de seus serviços com um mapa da região e um título emblemático: *A República Unida da Soja*. Fomos tentados, em algum momento, a dar tal título a esse *Atlas*; mas o que está claro hoje é que os povos não se resignaram a essa submissão e que atualmente buscam

É crucial resistir à República Unida da Soja, para que seu domínio nunca se concretize. Seus âmbitos continuam e continuarão sendo um espaço em disputa à medida que cresce a compreensão das condições impostas pelas corporações e governos envolvidos, e à medida que a luta das comunidades que habitam esses territórios se torna visível, em oposição aos projetos das corporações.

A invasão do agronegócio “significou a imposição maciça de uma monocultura em um vasto território que avançou a uma velocidade como nunca antes havia ocorrido na história da agricultura [...] — e com ela o glifosato e muitos outros agrotóxicos, com consequências dramáticas para a saúde das famílias próximas às lavouras, para os solos, e uma considerável perda da biodiversidade”

novas formas de construir autonomia e soberania”, declara no prefácio o grupo que montou o documento.

Esta afirmação é fundamental. É crucial resistir à República Unida da Soja, para que seu domínio nunca se concretize. Seus âmbitos continuam e continuarão sendo um espaço em disputa à medida que cresce a compreensão das condições impostas pelas corporações e governos envolvidos, e à medida que a luta das comunidades que habitam esses territórios se torna visível, em oposição aos projetos das corporações.

Em seu próprio prefácio do *Atlas*, Marielle Palau nos diz que se trata de “uma luta com caráter propositivo, explícita ou implicitamente, uma vez que aponta a soberania alimentar como uma proposta não apenas para produzir e consumir alimentos saudáveis, mas como base de um modelo de produção e consumo alternativo ao imposto pelo capitalismo”. Nesta proposta, o trabalho das mulheres é o centro das ações e dos cuidados, e é valorizado plenamente.

A imposição desse modelo predatório não foi natural e nem é o futuro lógico da agricultura. Para Marielle, eles nos convenceram do “mito do desenvolvimento”: “se seguissemos suas receitas em busca de progresso e rejeitássemos os saberes ancestrais de nossos povos originários e dos camponeses, atingiríamos o padrão de vida – de consumo, na realidade – que eles têm. O tempo nos mostra que eram apenas espelinhos”.

A visível devastação nos territórios, trinta anos após sua introdução, começou repentina e brutalmente, mas foi ganhando força viral como modelo, apoderando-se cada vez de mais terras, separando as pessoas de suas estratégias de sobrevivência, estendendo seus tentáculos nas comunidades e nos governos locais, até que se tornou não apenas uma força devastadora e acumuladora, como também uma confusão de autoridades públicas e privadas com poderes para se apropriar e expulsar, reprimir e assassinar.

A invasão do agronegócio “significou a imposição maciça de uma monocultura em um vasto território que avançou a uma velocidade como nunca antes havia ocorrido na história da agricultura [...] — e com ela o glifosato e muitos outros agrotóxicos, com consequências dramáticas para a saúde das famílias próximas às lavouras, para os solos, e uma considerável perda da biodiversidade” — dizem no prefácio as pessoas que produziram esse estudo.

E isso precisa ser ressaltado. A monopolização de enormes extensões de terra para impor essas monoculturas, prejudiciais em si mesmas, é um marco e dá uma reviravolta na história econômica e social do continente e do mundo.

É nesse período que as corporações tentam apagar a memória dos saberes e cuidados ancestrais que as comunidades mantêm, e tentam normalizar que a agricultura seja industrial, com seus pacotes tecnológicos de sementes de laboratório com implicações devastadoras para a biodiversidade, e insumos químicos bestiais, verdadeiros agrotóxicos que envenenaram e continuam envenenando toda a vida das regiões onde ocorre essa normalização e esse experimento de esquecimento.

Damián Verzeñassi diz no prólogo com o qual ele contribui para caracterizar o *Atlas* e nos guiar através de suas páginas: estes são “territórios que sofreram a invasão do modelo agroindustrial de transgênicos dependentes de venenos. Um modelo imposto sem consulta aos povos, pela força de falácias, despejos compulsórios de comunidades, destruição de nossas florestas nativas, entre outras práticas, com a voracidade característica do neoliberalismo. Com a ajuda dos OGMs, o aumento no uso de venenos trouxe consigo o desenvolvimento de espécies resistentes aos agrotóxicos e o surgimento de problemas de saúde nas comunidades

próximas aos territórios pulverizados”.

Então, em trinta anos, o cultivo de transgênicos conseguiu alterar diametralmente o destino de uma vasta região. “O uso de agrotóxicos aumentou”, povos indígenas, populações camponesas e produtoras foram expulsas de seus territórios, “violando sistematicamente os direitos humanos”. Também se começou a criminalizar “o uso de sementes nativas e crioulas, destruindo solos e economias regionais”.

A destruição promoveu a consolidação dos negócios pela mão do que no *Atlas* se chama, com grande habilidade, de “andaimos institucionais”.

Felizmente, as sociedades camponesas e segmentos de sociedades urbanas que não produzem alimentos iniciaram um processo para reconstituir sua condição e sistematizar seus prejuízos, conscientizando sobre a urgência da resistência contra esse sistema. Eles descobriram a letalidade e o desprezo de tais sistemas agroindustriais (ancorados no patriarcado e no colonialismo) em relação às comunidades, às pessoas – especialmente às mulheres e crianças –, mas também em relação aos animais, plantas, seres vivos, o meio ambiente, os bens comuns – água, floresta, solos, ar – enquanto destroem tudo, envenenam tudo, sem assumir qualquer responsabilidade.

Estamos diante de uma vontade renovada das comunidades e organizações de denunciar essa violência, estabelecer e manter as lutas e, ao mesmo tempo, forjar uma nova perspectiva que se abastece nos saberes ancestrais e os combine com os conhecimentos de uma ciência digna e responsável que acompanhe mais visões alternativas, uma agricultura ecológica com raiz camponesa.

Marielle Palau destaca a característica fundamental do documento: “o *Atlas* nos ajuda a superar a visão fragmentada da realidade”.

Hoje, olhamos para todo o panorama, graças ao fato de o *Atlas* reconfigurar o processo histórico, os motivos e as condições da acumulação: um verdadeiro reordenamento territorial que desloca as populações e as submete às precárias condições de vida promovidas pelas monoculturas industriais.

Esse *Atlas* cobre a ausência de um relatório abrangente que sistematize as informações disponíveis e as torne “acessíveis às comunidades e organizações locais que trabalham nos territórios”, mas serve também como uma ferramenta detalhada para sistematizar as informações de muitos anos. Clarifica os pontos cruciais para manter, aprofundar e tornar as lutas efetivas.

Esse é o fruto de um trabalho coletivo e respeitoso entre as pessoas das localidades, as comunidades, as organizações e as pessoas que a partir da academia sistematizaram, contribuíram com evidências e estabeleceram conexões, ponderando os dados, experiências, testemunhos e visões das condições de cada região.

Nesta edição da *Biodiversidade, sustento e culturas*, decidimos complementar a reflexão do *Atlas* com outras experiências vinculadas aos impactos do agronegócio e as resistências em outros âmbitos do continente. Assim, torna-se indispensável para entender a enorme transformação em nossos espaços vitais, além de ser também uma ferramenta para transformar o futuro. ✿

Estamos diante de uma vontade renovada das comunidades e organizações de denunciar essa violência, estabelecer e manter as lutas e, ao mesmo tempo, forjar uma nova perspectiva que se abastece nos saberes ancestrais e os combina com os conhecimentos de uma ciência digna e responsável que acompanhe mais visões alternativas, uma agricultura ecológica com raiz camponesa.

A instalação do modelo: ausência de debate público, autorizações fraudulentas, imposição pela contaminação

Biodiversidade: resumo de dois capítulos do Atlas do Agronegócio

4

Argentina. 23 de março de 1996. Carlos Menem governava o país. No Cone Sul começava uma mudança decisiva na agricultura.

Em apenas 81 dias, foi aprovada a primeira soja transgênica na América Latina. Foi autorizada com base em estudos da Monsanto, em tempo recorde e sem sequer traduzir os pareceres da empresa.

A soja foi modificada em seus genes para resistir ao herbicida glifosato, um produto químico que matava todas as plantas consideradas ervas daninhas pela publicidade do produto e deixava apenas a soja em pé. O nome formal da semente era “soja RR” (por sua resistência ao “Roundup Ready”, uma marca comercial do preparado que contém o glifosato, também produzido pela Monsanto).

O crescimento foi geométrico. Em 2002, ano da crise na Argentina, já se plantava mais de 11 milhões de hectares com soja transgênica.

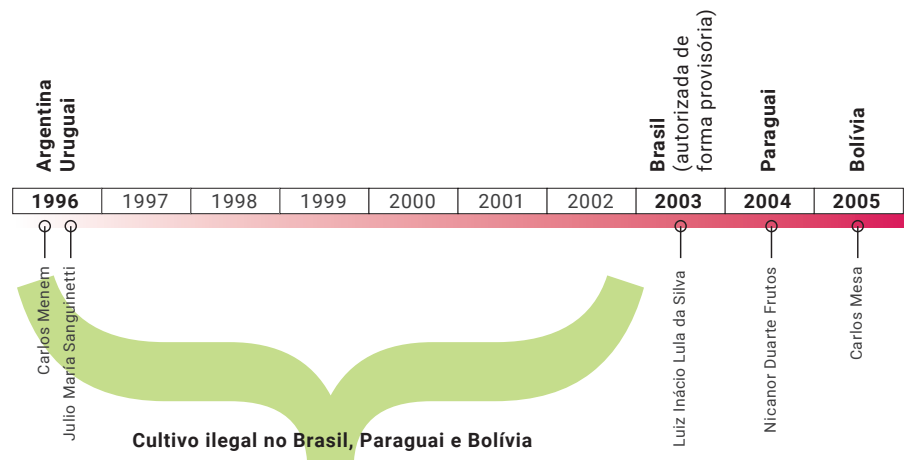
Começou a ser cultivada ilegalmente, sem aprovação, no Brasil, Paraguai e Bolívia, com sementes vindas clandestinamente da Argentina.

As autorizações formais foram emitidas ao longo de sete anos: o Uruguai aprovou em outubro de 1996, o Brasil (em caráter “provisório”) em 2003, o Paraguai em 2004 e a Bolívia em 2005.

Em todos os casos foi a mesma semente, da mesma empresa: Monsanto.

Trata-se de uma multinacional com origem nos EUA, produtora de agrotóxicos e outros químicos, fundada em 1901. Nas últimas décadas do século passado, ingressou fortemente no ramo da engenharia genética, produzindo os

O crescimento foi geométrico. Em 2002, ano da crise na Argentina, já se plantava mais de 11 milhões de hectares com soja transgênica. Começou a ser cultivada ilegalmente, sem aprovação, no Brasil, Paraguai e Bolívia, com sementes vindas clandestinamente da Argentina.



primeiros transgênicos resistentes a herbicidas. Primeiro, foi uma soja geneticamente modificada. Começou a adquirir empresas de sementes e, na primeira década deste século, tornou-se uma das maiores produtoras de sementes do mundo, que hoje controla a base da agricultura industrial com presença nas indústrias de biotecnologia, agrotóxicos e sementes. Em 2016, foi anunciada sua aquisição – que foi concluída em 2018 – pela corporação alemã Bayer: a maior megafusão na história do agronegócio.

As formas de aprovação de transgênicos não são transparentes em nenhum país. Beiram a corrupção e não têm a participação da sociedade civil ou da comunidade científica fora das empresas do agronegócio. Nos cinco países, os dossiês de autorização são confidenciais e são aprovados pelos governos com base em relatórios enviados pelas mesmas empresas que produzem e vendem as sementes transgênicas e os agrotóxicos associados a elas.

No Brasil, existe uma simulação de participação, a partir da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), onde as sessões plenárias permitem a presença da sociedade civil e de pesquisadores e cientistas independentes, mas não são fornecidas informações detalhadas dos estudos sobre os transgênicos, nem são permitidos debates. Durante 2018, em dez sessões plenárias de quatro horas cada, foram abordados 1.232 processos administrativos de sementes. Uma média de uma decisão administrativa a cada 0,6 minutos.

Quem aprova os transgênicos / De ambos os lados do balcão. Os atores que permitem a comercialização e a semeadura de organismos geneticamente modificados são funcionárias e funcionários públicos e pessoas da academia que estão diretamente vinculados às empresas que produzem essas sementes.

Assim é a *Comisión Nacional Asesora de Biotecnología Agropecuaria* (Conabia) da Argentina, criada em

Legitimadores do agronegócio



Argentina.

Comisión Nacional de Biotecnología (Conabia) • Consejo Argentino para la Información y el Desarrollo de la Biotecnología (Argenbio) • Asociación Argentina de Productores de Siembra Directa (Aapresid) • Cámara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes (Casafe) • Asociación de Semilleros Argentinos (ASA) • Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) • Sociedad Rural Argentina (SRA) • Federación Agraria Argentina (FAA) • Confederaciones Rurales Argentinas (CRA) • Confederación Intercooperativa Agropecuaria (Coninagro) • Bioceres.



Brasil.

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) • Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência e Tecnologia • Conselho Nacional de Biossegurança • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) • Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abasem) • Bancada Rural (Frente Parlamentar que atua em defesa dos interesses dos proprietários rurais) • SINDAG (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, Apasem) • Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) • Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças do Paraná • SeedCorp HO • FuturaGene.



Bolívia.

Comité Nacional de Bioseguridad • Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias y Forestales (Instancia gubernamental encargada de semillas) • Federación Sindical Única de Trabajadores Campesinos Productores Agropecuarios de las Cuatro Provincias del Norte de Santa Cruz (Fsutcpa 4PN) • Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (Csutcba) • Instituto Boliviano de Comercio Exterior (IBCE) • Cámara de Industria y Comercio de Santa Cruz (Cainco) • Asociación de Productores de Oleaginosas y Trigo (Anapo).



Paraguai.

Programa de Fortalecimiento de la Investigación de Soja en Paraguay • Instituto de Biotecnología Agrícola (Inbio) • Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria (IPTA) • Cámara de Fitosanitarios y Fertilizantes (Cafyf, formada por todas las empresas transnacionales que manejan el mercado de organismos genéticamente modificados. Cafyf es miembro del Consejo Asesor del Ministro de Agricultura y Ganadería, por Decreto del Poder Ejecutivo) • Servicio de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas (Senave) • Centro Nacional de Toxicología • Facultad de Ciencias Agrarias • Mesa de la Roca-Paraguay • Cámara de Fitosanitarios y Fertilizantes • Unión de Gremios de la Producción (UGP) • Cooperativa Colonias Unidas • Cámara Agrícola del Paraguay • Federación Paraguaya de Siembra Directa para una Agricultura Sustentable (Fepasidias) • Federación de Cooperativas de Producción (Fecoprod) • Centro Tecnológico Agropecuario (Cetapar) • Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (Capeco).



Uruguai.

Asociación Rural del Uruguay • Federación Rural • Federación Uruguaya de Grupos Crea (Fucrea) • Cámara Uruguaya de Semillas • Asociación Uruguaya Pro Siembra Directa • Universidad ORT • Universidad de la Empresa (UDE) • Universidad Católica • Consultora Seragro.

1991 pelo governo Menem. Sua composição foi mantida em segredo por 26 anos, até 2017, quando a imprensa vazou a lista de membros. Dos 34 membros, 26 pertenciam às empresas ou tinham conflitos de interesse.

A Conabia é dominada pela *Asociación de Semilleros de Argentina* (ASA, onde estão reunidas todas as empresas multinacionais de sementes transgênicas), *Argenbio* (organização de lobby político-científico fundada por Syngenta, Monsanto, Bayer, Basf, Bioceres, Dow, Nidera e Pioneer), pela

ArgentinaComisión Nacional de Biotecnología
(Conabia)

61

BrasilComissão Técnica Nacional
de Biossegurança (CTNBio)

85

ParaguaiComisión de Bioseguridad Agropecuaria
y Forestal (Conbio)

40

Uruguai

Gabinete Nacional de Bioseguridad



19

BolíviaComité Nacional de Bioseguridad
(estabelecido em fevereiro de 2019)

3

Asociación de Productores de Siembra Directa (Aapresid), dirigentes da Bayer-Monsanto, DonMario Sementes, Bioceres/Indear, Syngenta e DuPont-Pioneer, entre outros.

Martín Lema, diretor nacional de biotecnologia desde 2011 e a mais alta autoridade da Conabia, possui documentos científicos assinados pelas mesmas empresas que ele deveria controlar: Bayer-Monsanto, Syngenta, Basf e Dow Agrosience.

O organismo responsável pela liberação de sementes de soja, milho, algodão, batata e cana-de-açúcar não tem nenhuma pessoa, especialista, que seja crítica aos transgênicos. Também não permite que entidades da sociedade civil participem. Desde 1996, a Conabia aprovou 61 transgênicos (soja, milho, algodão e batata). As empresas beneficiadas foram Syngenta, Bayer-Monsanto, Bioceres/Indear, Dow Agrosience, Technoplant, Pioneer e Nidera, entre outras. As mesmas empresas que dominam a Conabia e fazem propaganda que “os transgênicos são seguros”.

Na Bolívia, a situação é ainda mais complexa, pois, na Constituição de 2009, o artigo 255 estabelece a “proibição de importação, produção e comercialização de organismos geneticamente modificados e elementos tóxicos que prejudiquem a saúde e o

meio ambiente”. Apesar deste artigo, a autorização para o cultivo da “soja RR” em 2005 permaneceu em vigor. Em 2011, foi aprovada a Lei da Revolução Produtiva Comunitária, cujo artigo 15 – denominado Política de Proteção dos Recursos Genéticos Naturais – estabelece: “Não serão introduzidos no país pacotes tecnológicos agrícolas que envolvam sementes geneticamente modificadas de espécies cujo centro de origem ou diversidade é a Bolívia, nem aquelas que ameacem o patrimônio genético, a biodiversidade, a saúde dos sistemas de vida e a saúde humana”. Desde então, dois novos eventos de soja foram aprovados.

O avanço territorial do modelo transgênico foi devastador. O Uruguai passou de 9 mil hectares com soja em 2000 para 1,1 milhão em 2018. A Argentina possuía 6,6 milhões de hectares com soja (convencional) em 1996 e atingiu o pico máximo de 20,5 milhões de hectares de soja transgênica em 2015. O milho passou de 4,1 milhões de hectares em 1996 para 6,9 milhões em 2015.

Nos dois casos, tanto a soja quanto o milho, passaram de produções convencionais para culturas transgênicas.

Na Bolívia, passou-se de 200 mil hectares com soja em 1990 para 1,263 milhão em 2017. Santa Cruz, o departamento líder do país da produção agrícola (66% das terras cultivadas) passou de 143 mil hectares com soja em 1990 para 922 mil em 2010, apesar de sua escassa população rural. A década de 2000 é considerada uma consolidação da monocultura destinada à produção de oleaginosas (principalmente soja) e coincide com a aprovação da “soja RR” (2005). Essas mudanças reconfiguraram a estrutura agrária boliviana.

No Paraguai passou-se de 1,15 milhão de hectares com soja em 1997 para 3,4 milhões em 2018. O milho também se multiplicou: de 356,6 mil hectares, em 1997, atingiu 1 milhão em 2016.

A expansão da área significou maiores colheitas e um aumento das exportações; também causou consequências sociais, ambientais e sanitárias.

O avanço territorial do modelo transgênico foi devastador. O Uruguai passou de 9 mil hectares com soja em 2000 para 1,1 milhão em 2018. A Argentina possuía 6,6 milhões de hectares com soja (convencional) em 1996 e atingiu o pico máximo de 20,5 milhões de hectares de soja transgênica em 2015. O milho passou de 4,1 milhões de hectares em 1996 para 6,9 milhões em 2015.

Na Argentina, passou-se de 11 milhões de toneladas de soja em 1997 para 50 milhões em 2019. O milho, no mesmo período, aumentou de 15 milhões para 50 milhões de toneladas.

Pressão corporativa. Nos cinco países, as empresas agroindustriais, em cumplicidade com os governos, impuseram seus interesses sobre os direitos da população.

Na Bolívia, foi aprovada a “soja HB4” (da empresa argentina Bioceres-Indar). A publicidade corporativa prometeu sua resistência à seca. O principal argumento para a autorização é um negócio em que o Estado Boliviano compraria soja e agrocombustíveis para usar como aditivo em combustíveis fósseis. A operação, altamente lucrativa para o agronegócio, foi denunciada por ser considerada economicamente irracional para o povo boliviano.

No Uruguai, a pressão exercida pela Bayer-Monsanto e pelos agentes do agronegócio levou à aprovação de novos eventos transgênicos em dezembro de 2017, apesar das considerações negativas do *Ministerio de Salud Pública* e do MVOTMA (*Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*). Foram autorizadas duas novas sementes de soja: uma tolerante aos herbicidas glifosato, 2,4-D e glufosinato de amônio e uma segunda, resistente ao perigoso herbicida dicamba.

Um caso emblemático de pressão corporativa no Brasil é o “feijão 5.1” GM, desenvolvido pela empresa estatal Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e resistente ao vírus do mosaico dourado. As próprias pesquisas oficiais mostraram que a razão que atribuiu resistência aos vírus ainda não foi determinada e alertaram sobre o fato de que a estrutura dos transgenes (inseridos no feijão) necessita tempo e tem que ser investigada para se avaliar corretamente seus possíveis efeitos colaterais. Os estudos com o novo feijão foram baseados apenas em três animais (ratos). Uma amostra insuficiente para tirar conclusões estatísticas válidas. Mesmo assim, a CTNBio aprovou o transgênico.

Na Argentina, se avança com algo sem precedentes: um trigo transgênico. O principal elemento do pão, desenvolvido por uma empresa nacional (Bioceres), já passou pela aprovação “técnico-científica” da *Comisión Nacional de Biotecnología* (Conabia), que considerou (em processo secreto) que o novo evento não afetará o meio ambiente ou a saúde da população. Somente falta

Na Argentina, passou-se de 11 milhões de toneladas de soja em 1997 para 50 milhões em 2019. O milho, no mesmo período, aumentou de 15 milhões para 50 milhões de toneladas.

7

Maiores colheitas. Soja - Milho

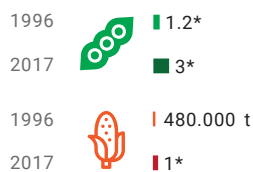
Argentina



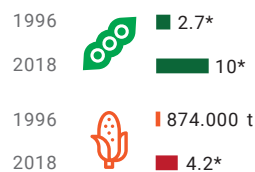
Brasil



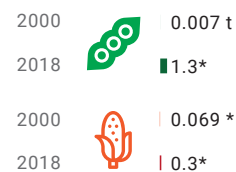
Bolívia



Paraguai



Uruguai



*NOTA: Valores expressos em milhões de toneladas

89 %

da soja uruguaia tem apenas um destino: a China.

67 %

da soja do Paraguai é exportada para a Argentina.

87 %

da soja argentina é exportada para a China.

81 %

da soja brasileira é exportada para a China.



Os transgênicos foram impostos em toda a região sem nenhuma reflexão sobre o tipo de ciência que os promoveu e sem pesquisas independentes sobre seus possíveis impactos. Como se ainda restassem dúvidas sobre o esquema de irregularidades, os processos de aprovação são confidenciais em todos os países: nem organizações da sociedade civil, nem cientistas independentes, nem mesmo repartições públicas podem acessar os documentos de autorização.

a aprovação comercial, diretamente relacionada à possível reação dos mercados internacionais (se eles aceitam ou rejeitam o novo trigo). A pressão para aprová-lo é impulsionada pelas empresas agrícolas que fazem parte do governo argentino (Asociación de Productores de Siembra Directa, Aapresid), setores científicos (Instituto de Agrobiotecnología do Litoral-Conicet) que recebem dinheiro do agronegócio e dos meios de comunicação.

Na Argentina, foi lançada a campanha “Não se metam no nosso pão”, rejeitando o possível trigo transgênico. E no Brasil, principal comprador do trigo argentino (87% do trigo importado vem da Argentina), a Associação Brasileira das Indústrias de Trigo (Abitrigo) expressou sua rejeição à entrada de trigo transgênico no país. É o principal fato que freia a aprovação comercial do questionado transgênico.

No Paraguai, entre 2004 e junho de 2012, apenas um evento transgênico havia sido aprovado, o da “soja RR” da Monsanto. Após o golpe parlamentar contra o presidente Lugo, Federico Franco flexibilizou as exigências de biossegurança, promulgando o Decreto 9699, de 19 de setembro de 2012, que autorizou 19 novos transgênicos até 2015. Desses 19 transgênicos,

14 foram diferentes eventos de milho transgênico, fortemente resistidos pela sociedade até 2012 por representar uma forte ameaça à grande variedade de milhos crioulos cultivados no Paraguai. Em novembro de 2019 foram aprovados 13 novos transgênicos: variedades de soja, milho e algodão das transnacionais INDEAR, BASF, Syngenta, Dow e Monsanto, sendo o maior pacote de transgênicos aprovados na história do país.

Ciência fraudulenta impõe transgênicos

Os transgênicos foram impostos em toda a região sem nenhuma reflexão sobre o tipo de ciência que os promoveu e sem pesquisas independentes sobre seus possíveis impactos.

Como se ainda restassem dúvidas sobre o esquema de irregularidades, os processos de aprovação são confidenciais em todos os países: nem organizações da sociedade civil, nem cientistas independentes, nem mesmo repartições públicas podem acessar os documentos de autorização.

Um exemplo da falta de transparência é o Paraguai, onde não há acesso público a informações sobre os resultados de ensaios de campo de eventos transgênicos, nem são conhecidos os critérios da Comissão de Biossegurança na Agricultura e Florestas (ConBio) para o lançamento comercial de sementes.

Em âmbitos científicos independentes, existem numerosos questionamentos: o uso de agrotóxicos, a rejeição a tecnologias consideradas de risco ou que não tenham avaliações suficientes de seus efeitos no longo prazo. Não há monitoramento sobre o que aconteceu após a liberação a campo de sementes geneticamente modificadas. Os cinco países ocultam a avaliação de riscos, a metodologia, os estudos científicos e técnicos, e os locais onde foram realizados.

Nas decisões sobre a liberação de OGMs não é levado em consideração

Aprovação de organismos geneticamente modificados

	São aprovados com base em estudos das próprias empresas	São levados em consideração estudos independentes	É possível acessar os processos de aprovação
Argentina	SIM	×	×
Brasil	SIM	×	×
Bolívia	SIM	×	×
Paraguai	SIM	×	×
Uruguai	SIM	×	×

o princípio da precaução vigente em leis nacionais e tratados internacionais: "Quando houver ameaça de dano grave ou irreversível, a falta de informação ou certeza científica não devem ser usadas como razão para adiar a adoção de medidas eficazes para impedir a degradação ambiental".

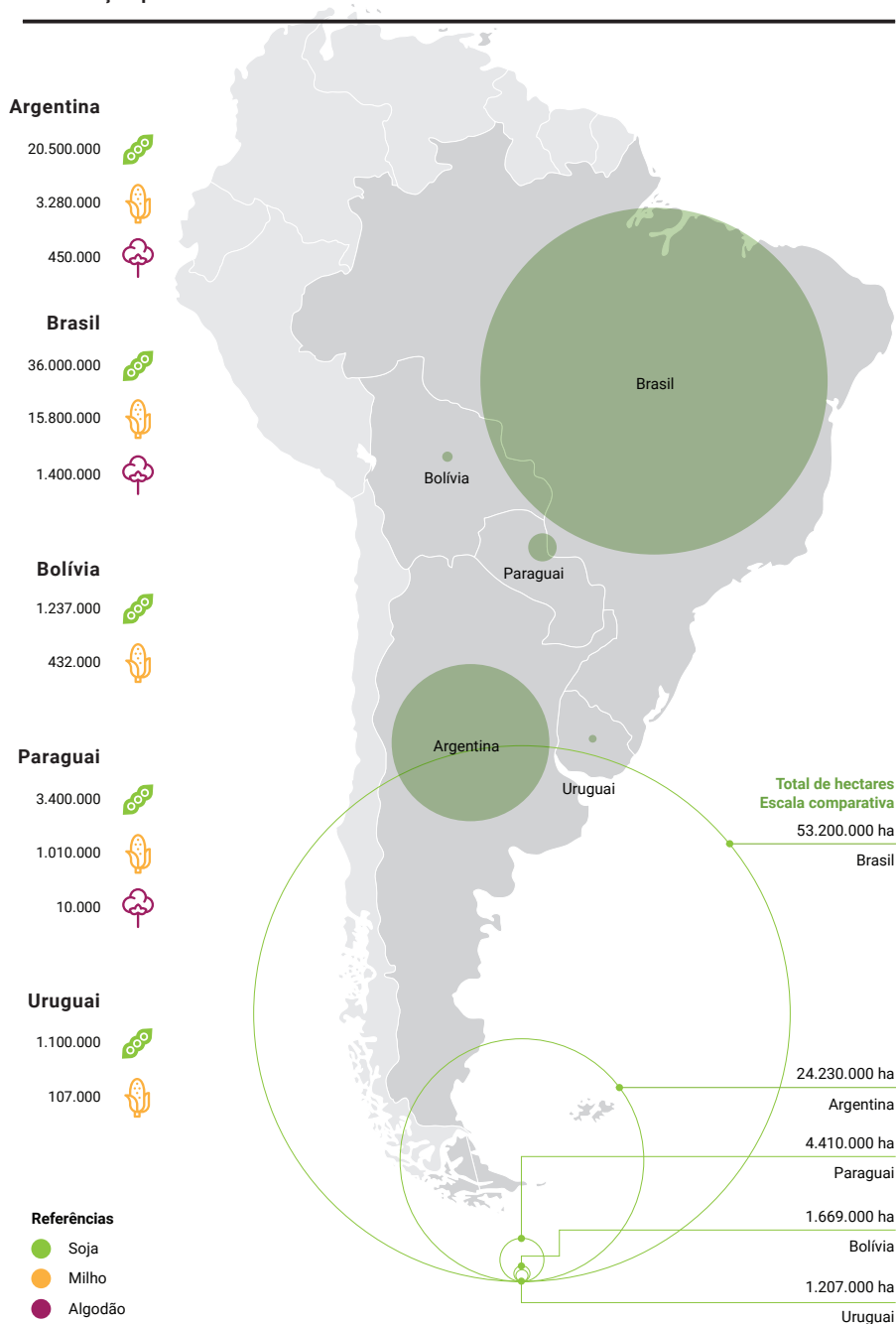
No Uruguai, o âmbito científico independente destaca o papel dos transgênicos na erosão de solos, na contaminação de águas e no aparecimento de plantas daninhas resistentes ao glifosato.

Na Bolívia, que possui uma Constituição Nacional que contempla os "Direitos da Natureza", o Estado aprovou novos eventos de soja (HB4 e Intacta) com argumentos apresentados por empresários do agronegócio. Segundo a *Cámara Agropecuaria del Oriente* (CAO), esses eventos já haviam sido avaliados no Brasil, Paraguai e Uruguai, de modo que a Bolívia "apenas se limitou a aprovar esses testes". Foi somente após a aprovação do uso dos novos eventos - com o Decreto Supremo 3874 (abril de 2019) - que o Governo então instruiu o *Comité Nacional de Bioseguridad* (composto por pessoas dos *Ministerios de Medio Ambiente y Agua, Desarrollo Rural y Tierras, Desarrollo Productivo, Salud* e do sistema universitário) para que avaliasse os possíveis efeitos negativos para a saúde humana, o meio ambiente e a biodiversidade.

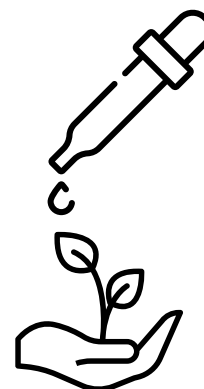
No Uruguai, o governo também aprovou os transgênicos pelo que tinha sido decidido por Argentina, Brasil e Estados Unidos.

No Paraguai, a Monsanto apresentou estudos na década de 1990 e início de 2000, garantindo que o glifosato não apresenta atividade residual no solo, não é propenso a ser lixiviado, se biodegrada ao longo do tempo e apresenta toxicidade mínima para mamíferos, aves e peixes. Todas essas declarações da Monsanto foram desmentidas por dezenas de estudos independentes nos últimos dez anos. Também foi confirmado que o grupo de autores trabalhava para a Monsanto.

Distribuição por culturas - Hectares. Dezembro 2019



Outra ciência. Andrés Carrasco, um reconhecido cientista argentino, foi diretor do *Laboratorio de Embriología Molecular* da Universidade de Buenos Aires (UBA). Em 2009, publicou uma pesquisa que confirmou que o glifosato era letal em embriões de anfíbios, mesmo em doses muito mais baixas do que aquelas usadas nas pulverizações agrícolas. Também determinou que o agrotóxico produzia malformações.



Transgênicos

País / Eventos transgênicos	Espécies	Empresas*
Argentina QUANTIDADE DE EVENTOS 61	Milho Soja Algodão Batata Alfafa Cártamo	Monsanto, Syngenta, Dow, Indear-Bioceres, Bayer, Pioneer, BASF e Tecnoplant
Brasil QUANTIDADE DE EVENTOS 85	Soja Milho Algodão Eucalipto Cana-de-açúcar Feijão	Monsanto, Syngenta, Dow, Dupont e Bayer
Bolívia QUANTIDADE DE EVENTOS 3	Soja	Monsanto, Bioceres-Indear, Bayer-Monsanto
Paraguai QUANTIDADE DE EVENTOS 24	Milho Soja Algodão	Monsanto, Dow, Agrotec, Syngenta, BASF, DuPont, Pioneer
Uruguai QUANTIDADE DE EVENTOS 19	Milho Soja	Monsanto, Bayer, Dow, BASF, Syngenta, Pioneer/Dow

* Esses dados correspondem às empresas na aprovação dos transgênicos. Atualmente, o cenário mudou consideravelmente como resultado das mega fusões.

“A tecnologia OGM viola processos biológicos usando procedimentos rudimentares e perigosos, com consequências incertas que envolvem a mistura de material genético de diferentes espécies.”

Os resultados, afirmou, eram transpostáveis para o que poderia acontecer em humanos. Carrasco publicou seu estudo em um jornal diário nacional e denunciou o que tinha descoberto por toda parte. Ele insistia que a situação era tão grave, que a informação não poderia ficar apenas no âmbito de congressos científicos, que atingem poucas pessoas.

Imediatamente, passou a sofrer uma campanha de difamação por parte das corporações que promovem os transgênicos, pela mídia ligada ao agronegócio e por funcionários que promoviam a agricultura industrial.

Mas recebeu apoio de movimentos camponeses, grupos socioambientais e comunidades que sofreram pulverizações. E, embora setores proclamados progressistas da academia lhe tenham dado as costas, ele foi abraçado pelos setores populares que lutam contra o agronegócio.

Carrasco, que foi muito crítico ao modelo científico hegemônico, faleceu em 2014. Andrés Carrasco disse e aqui resumimos:

- * “Os melhores cientistas nem sempre são os cidadãos mais honestos. Eles param de fazer ciência, silenciam a verdade para subir de posição em um modelo com graves consequências para a população.”
- * “O Conicet (principal âmbito de ciência da Argentina) está absolutamente conforme com legitimar todas as tecnologias propostas por corporações, modelos de fazer ciência que envolvem uma associação profunda e progressiva com a indústria. Eles promovem um modelo de pesquisadores a serviço de empresas, de patentes, de treinamento científico com transferência para o setor privado.”
- * “Teríamos que perguntar, ciência para quem e para quê. Ciência para a Monsanto e para transgênicos e agrotóxicos em todo o país? Ciência para Barrick Gold e perfuração de toda a Cordilheira? Ciência para fracking e Chevron? Há uma clara virada na ciência em direção ao setor privado e o Conicet promove essa lógica. Nos anos 90, isso era mal visto. Hoje aplaudem com entusiasmo que a ciência argentina seja provedora das corporações.”
- * “A tecnologia OGM viola processos biológicos usando procedimentos rudimentares e perigosos, com consequências incertas que envolvem a mistura de material genético de diferentes espécies. A transgênese não apenas altera a estrutura do genoma modificado, mas o torna instável com o passar do tempo, produz alterações ou ativações não desejadas de genes do hospedeiro e, o mais importante, afeta direta ou indiretamente o estado funcional de todo o genoma e as redes reguladoras que mantêm o equilíbrio dinâmico dele próprio.”
- * “As tecnologias são produtos sociais não inocentes, projetados para serem funcionais às cosmovisões hegemônicas promovidas pelo sistema capitalista”.

* “A agricultura industrial não apenas encheu o meio ambiente com agroquímicos e mercantilizou a produção global; exigiu uma ciência que legitimasse os procedimentos usados para a modificação genômica endossados pelos intelectuais”.

* “A ‘inovação tecnológica’ se aventura na natureza aplicando procedimentos incertos que simplificam a complexidade dos fenômenos biológicos para ‘vender certeza’ e propor a transformação da natureza em uma ‘fábrica’ onde as plantas seriam substitutas de processos industriais. Uma verdadeira natureza artificial funcional e necessária para os grandes negócios. Em todos esses discursos há muita ambição, soberba, um entendimento pobre da complexidade biológica e pouca ciência. Existem grandes negócios e uma enorme narrativa legitimadora, que os cientistas honestos não poderão evitar questionar, ainda que as transnacionais comprem todas as editoriais de revistas científicas ou bloqueiem as publicações e as vozes que questionam o sentido da ciência neoliberal produtivista.”

* “Os setores que defendem a modificação genética de organismos (OGM) assumem como verdade que estes têm o mesmo comportamento observado em laboratório quando são liberados na natureza. Eles afirmam que são equivalentes aos não-OGM, assumindo que a técnica experimental empregada é precisa, segura e previsível, e que é equivalente ao melhoramento clássico da agricultura. Este é um erro grave e mostra um ‘desconhecimento’ por parte do campo biotecnológico das teorias e conhecimentos da biologia moderna.

* “A ciência, o seu sentido de para quê, para quem e até onde, está em crise e nós, na grande pátria, não podemos fingir demência se queremos sobreviver soberanamente.”

Suas palavras e seu olhar crítico continuam a iluminar o caminho que, desde sua partida, adotou o slogan de “Ciência Digna”. Seu estímulo foi a semente para a criação da UCCSNAL (União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade e a Natureza da América Latina), que em seu documento de fundação afirma: “O conhecimento científico e tecnológico, particularmente o desenvolvido em um contexto reducionista, sem o devido controle social, contribuiu para a criação de problemas ambientais e de saúde, com alcances muitas vezes catastróficos e irreversíveis ou, se têm uma solução, esta será difícil e cara. Cada vez mais, a ciência e a tecnologia são colocadas a serviço da acumulação do capital e do exercício ilegítimo do poder, incluindo o desenvolvimento de tecnologias com uma imensa capacidade destrutiva. É necessário que as sociedades dos países de nossa região possam decidir sobre as políticas de ciência e tecnologia. Essas decisões devem envolver não apenas cientistas de vários campos do conhecimento mas também organizações da sociedade civil, movimentos sociais e representantes legítimos de diferentes grupos sociais. É imperativo aplicar os princípios de precaução e de prevenção. No entanto, em vez de respeitar esses princípios éticos, os interesses políticos ou econômicos geralmente levam à exploração prematura de tecnologias cuja segurança e inocuidade não estão garantidas, ou são sabidamente prejudiciais”.

Nesse cenário, o *Atlas del agrogenecio transgénico en el Cono Sur* procura detalhar as entranhas, as monopolizações, as espoliações, a devastação, a contaminação, a submissão, a descapacitação, o desenraizamento das pessoas e comunidades dos seus entornos significativos, onde eles resolviam os aspectos cruciais de suas vidas. Porque, ao envenenamento e à espoliação, somam-se o exílio, a repressão, o desaparecimento, o encarceramento, o rompimento da própria vida das comunidades e dos entornos onde essa catástrofe continua a ocorrer. ❧

“Cada vez mais, a ciência e a tecnologia são colocadas a serviço da acumulação do capital e do exercício ilegítimo do poder, incluindo o desenvolvimento de tecnologias com uma imensa capacidade destrutiva. É necessário que as sociedades dos países de nossa região possam decidir sobre as políticas de ciência e tecnologia. Essas decisões devem envolver não apenas cientistas de vários campos do conhecimento mas também organizações da sociedade civil, movimentos sociais e representantes legítimos de diferentes grupos sociais. É imperativo aplicar os princípios de precaução e de prevenção. No entanto, em vez de respeitar esses princípios éticos, os interesses políticos ou econômicos geralmente levam à exploração prematura de tecnologias cuja segurança e inocuidade não estão garantidas, ou são sabidamente prejudiciais.”

Muita terra em poucas mãos: a destruição da vida

I 2

O agronegócio significou o avanço paralelo da monopolização de terras (que causa uma distribuição agrária injusta), dos cultivos transgênicos e do desmatamento que desencadeia uma perda de milhões de hectares de floresta.

Milhares de estabelecimentos agrícolas (os menores) desapareceram em 30 anos e um punhado de proprietários de terras controla cada vez mais hectares. Como efeito direto, mas não considerado pelas corporações, surgem os descontroles climáticos em nível global e os territórios de sacrifício.

Darío Aranda, Agência de Notícias Biodiversidadla, abril de 2020. No Cone Sul está ocorrendo uma reforma agrária, mas ao contrário: onde poucos têm muito e onde muitos têm quase nada. Esta é a situação da terra na Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Nos últimos vinte anos, o agronegócio transgênico agravou o problema. Nenhum governo, de qualquer campo político, questionou essa injustiça. O avanço territorial empresarial implica repressão e assassinatos. Obviamente, a Via Campesina exige uma reforma agrária popular.

Na Argentina, 41% dos estabelecimentos agrícolas desapareceram entre 1988 e 2018. Existem 169 mil estabelecimentos, segundo dados oficiais do último Censo Nacional da Agricultura (CNA). Ao mesmo tempo, a área média das propriedades aumentou. De 469 hectares, passou para 690 hectares. A tendência de muitas terras em poucas mãos é confirmada: 1% dos estabelecimentos agrícolas detém 36,4% da terra. Enquanto 55% dos estabelecimentos (de menos de 100 hectares) possuem apenas 2,2% da terra.

No Paraguai, entre 1991 e 2008, desapareceram 18.300 estabelecimentos agrícolas. Mas a área cultivada aumentou em sete milhões de hectares (de 24 milhões para 31). Segundo estudos da organização paraguaia Base-Is (Pesquisas Sociais), a agricultura camponesa representa 91% dos estabelecimentos, mas possui apenas 6% da superfície. O agronegócio cobre 3% das propriedades, mas controla 85% das terras do país.

Na Bolívia, a distribuição injusta de terras tem

uma relação direta com as regiões. A Fundación Tierra, com base em dados oficiais, afirma que 83% das UPA (Unidades de Produção Agrícola) estão no altiplano e vales, e a grande maioria é de base camponesa-indígena. Nessas regiões estão 38% da área cultivada do país. Por outro lado, no departamento de Santa Cruz de la Sierra estão localizadas 16% das unidades de produção, que cobrem 62% da terra cultivada no país.

No Uruguai, 40% dos estabelecimentos agrícolas com menos de 20 hectares e 31% dos com menos de 100 hectares desapareceram, enquanto os estabelecimentos de mais de 2.500 hectares aumentaram 4%. Isso aconteceu entre 2000 e 2011 e provocou o desaparecimento de 12.241 pequenas propriedades.

Pablo Galeano, da organização Redes-Amigos da Terra Uruguai, confirma que a causa do desaparecimento das pequenas propriedades é o avanço do agronegócio. Paralelamente existe um processo pelo qual cada vez mais produtores abandonam a gestão de seus campos para arrendar aos grupos de empresários (*pools* de plantio). Quem era produtor se tornou rentista. O mesmo fenômeno ocorreu na Argentina, Paraguai e Bolívia.

No Brasil, o censo agrícola de 2017 mostrou que o número de estabelecimentos diminuiu, com apropriação territorial pelos grandes proprietários. Existem no Brasil 5.072.152 estabelecimentos agrícolas, em 350.253.329 hectares. Comparada ao censo de 2006, essa área cresceu 16,5 milhões de hectares, apesar do desaparecimento de 103.484 unidades produtivas. O Brasil possui 3.287 fazendas que



Silos industriais.

controlam 47,5% da terra cultivada (166 milhões de hectares).

Avanço territorial. Em números redondos, a Argentina passou de 6,6 milhões de hectares com soja (convencional) em 1996 para 20,5 milhões de hectares de soja transgênica em 2015. O milho passou de 4,1 milhões de hectares em 1996 para 6,9 milhões de hectares em 2015. O Paraguai cresceu de 1,1 milhão de hectares com soja em 1997 para 3,4 milhões em 2018. O milho atingiu 1 milhão de hectares em 2016, de um piso de 356,6 mil hectares em 1997. Na Bolívia foi de 200 mil hectares com soja em 1990 para 1,2 milhão em 2017. O Uruguai passou de 9 mil hectares com soja em 2000 para 1,1 milhão em 2018. No final dos anos 90, o Brasil possuía 3 milhões de hectares declarados. Em 2019, atingiu 36 milhões de hectares.

O agronegócio avançou em novas áreas, que estavam nas mãos de camponeses, indígenas e agricultores familiares. Áreas com produção diversificada, cuidando da floresta nativa.

Na Argentina, os territórios camponeses-indígenas mais afetados pelo avanço transgênico estão localizados nas províncias do chamado Gran Chaco Americano: Formosa, Salta, Santiago del Estero, Chaco, Santa Fe e partes de Córdoba, San Luis e Catamarca.

O relatório oficial “Relevamiento y sistematización de problemas de tierras de los agricultores

familiares en Argentina” [Levantamento e sistematização de problemas de terras dos agricultores familiares na Argentina], de 2013, indica um mínimo de 9,3 milhões de hectares em conflito.

Na Bolívia, o avanço do modelo de soja ocorreu especialmente em Santa Cruz de la Sierra. Esse departamento é o maior centro da economia boliviana há três décadas, onde o agronegócio é uma das atividades mais importantes. Entre 1990 e 2010, a área colhida se expandiu mais de seis vezes.

No Paraguai, o avanço se fez sobre os territórios camponeses e indígenas dos departamentos do Alto Paraná, Canindeyú e Itapúa. Região dos povos Avá e Mbyá Guaraní, principalmente.

No Brasil, a primeira fase do avanço transgênico foi do sul para o oeste e o norte do país. A partir do Rio Grande do Sul até Mato Grosso, Goiás e Bahia. O atual projeto do agronegócio, em sua segunda fase, tem como alvo a região do “Matopiba”, 73 milhões de hectares que inclui Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, entre outros.

Violência. Nas últimas décadas, atos de criminalização, violência e repressão se repetiram em todos os países onde o extrativismo está presente. A ONG internacional Global Witness faz relatórios sobre o assassinato de ativistas que defendem a terra e o meio ambiente. Em 2017, foram contabilizadas 201 mortes, a maioria na América Latina, considerada pela ONG como a “região mais perigosa do mun-



Monocultivos na Região Centro-Oeste, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

do para as e os defensores ambientais”. Somente no Brasil, foram mortas 57 pessoas naquele ano.

O agronegócio avançou com violência: em alguns casos com paramilitares e cumplicidade dos poderes políticos e judiciais, em outros com o abandono do Estado. Um caso emblemático é o chamado Massacre de Curuguaty, no Paraguai, ocorrido em 15 de junho de 2012, quando onze camponeses e seis policiais foram assassinados, em uma situação irregular de expulsão.

O massacre ocorreu na fazenda denominada Marina Kue, em Curuguaty, a 300 quilômetros de Assunção, onde juízes, promotores e policiais realizaram uma operação irregular para expulsar 60 camponeses que ocupavam a terra. De acordo com investigações de organizações da sociedade civil e defensoras de direitos humanos, a atuação de juízes, fiscais e da polícia foi marcada pela ilegalidade e violação de protocolos de ação, documentadas no *Informe de derechos humanos sobre el caso Marina Kue*. Inclusive, foram confirmadas violações de garantias básicas dos detidos, e até a execução extrajudicial de sete camponeses.

O massacre foi usado pela classe proprietária do país para executar um golpe de estado parlamentar contra o então presidente Fernando Lugo.

Onze camponeses permaneceram presos injustamente por seis anos, até julho de 2018, quando a Sala Penal da Corte Suprema de Justicia reverteu a sentença.

Base-Is explica que a criminalização no Paraguai é uma das mais altas dos países da região. Entre 2013 e 2018, foram identificados 512 camponeses e camponeses acusados, 413 prisões e 50 condenados.

Um ato histórico de violência no Brasil ocorreu em 17 de abril de 1996, quando vinte membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados pela polícia militar do estado do Pará. A Via Campesina respondeu com ações de solidariedade e exigências por justiça, mobilizando comunidades camponesas em todo o mundo. E declarou o dia 17 de abril como o “Dia Internacional da Luta Camponesa” para manter viva a memória e denunciar a criminalização.

Em 2017, 28 assassinatos de pessoas que resistiram ao avanço do agronegócio foram registrados no Brasil. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, organização de referência em todos os aspectos re-

lacionados ao estudo da luta rural), em 2017 foram contabilizados 1.124 casos de violência contra ocupações e terras camponesas, afetando 118 mil famílias.

A violência contra camponeses, indígenas e ativistas socioambientais aumentou após o golpe de estado parlamentar contra Dilma Rousseff (2016).

A dívida eterna. Desde o nascimento da Via Campesina como movimento internacional, uma de suas principais bandeiras foi a reforma agrária. O documento publicado em seu site “O novo apelo à reforma agrária no século XXI” (junho de 2019) faz uma revisão histórica das diferentes particularidades da luta pela terra nos últimos trinta anos: eles nos mostram que o Banco Mundial e diferentes governos promoveram “reformas agrárias” para mercantilizar a terra e, finalmente, entregar essas áreas para grandes empresas.

Um ponto de virada ocorreu em 2016, na Conferência Internacional de Reforma Agrária, realizada em Marabá (Brasil). O documento final dessa reunião alertou para os perigos de uma “crescente aliança nacional e internacional entre as indústrias extrativas e o agronegócio, o capital internacional, os governos e, cada vez mais, os meios massivos de comunicação”.

Terminou com um apelo da Via Campesina para “uma reforma agrária popular, não apenas para camponeses sem terra”, mas também para setores populares urbanos, “ambos vítimas da monopolização de terras e do deslocamento provocados pelo capital especulativo”. Detalhou que a especulação imobiliária na cidade, os altos preços de aluguel e

moradia, também fazem parte de um modelo que prioriza o dinheiro em detrimento dos direitos humanos.

“A nova proposta é uma aliança política entre trabalhadores do campo e da cidade [...] No campo, são os camponeses, as famílias agricultoras, os trabalhadores sem terra, os povos originários, os pastores, os pescadores artesanais e outros pequenos produtores de alimentos; na cidade, quem mora nas periferias e favelas, cuja população continua aumentando como parte do rápido crescimento das periferias urbanas”, afirma a Via Campesina.

A reforma agrária popular não propõe apenas a entrega de terras. O protagonismo da participação dos setores envolvidos é crucial. De acordo com os movimentos camponeses, deve incluir comércio justo, empréstimos flexíveis, seguros para os plantios, educação, infraestrutura rural, acesso democrático à água e às sementes, entre outros aspectos. O marco global da reforma agrária é a soberania alimentar, que implica em território para produzir alimentos para o povo e não para produzir mercadorias para exportação.

Arrasar com a vida. Paralelamente ao avanço do modelo sojeiro no Cone Sul, 35 milhões de hectares de floresta nativa foram arrasados. O equivalente à superfície da Alemanha, onde está localizada a sede da Bayer-Monsanto, ou oito vezes a superfície da

Suíça, onde nasceu a multinacional Syngenta-Chem China. Apesar das leis que protegem as áreas florestais, o desmatamento está avançando na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Um modelo, o agronegócio, promovido como “bem-sucedido”, mas com enormes consequências nos territórios.

Milhões de hectares. O avanço transgênico teve seu correlato de devastação ambiental. Na Argentina, 5,6 milhões de hectares de floresta nativa foram destruídos entre 1998 e 2017. As províncias mais desmatadas foram Santiago del Estero (1,8 milhões de hectares), Salta (1,4 milhões), Chaco (650 mil) e Formosa (418 mil). Todas áreas à margem do modelo agroindustrial, todas áreas de camponeses, indígenas e agricultores familiares.

A *Fundación Tierra*, da Bolívia detalhou que, no país, 5,1 milhões de hectares foram arrasados entre 1990 e 2016. O maior desmatamento foi em Santa Cruz de la Sierra, o coração das empresas agroindustriais. Outros departamentos, com números mais baixos, são Tarija, Beni, La Paz e Chuquisaca.

No Paraguai, entre 2001 e 2017, 5,4 milhões de hectares foram destruídos. Base-Is explicou que o desmatamento ocorreu principalmente nos departamentos do Alto Paraguay, Presidente Hayes, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná. São os mesmos departamentos onde houve o maior avanço do modelo agroexportador.



O Chaco paraguaio. Foto: Henri Picado



Estufas agroindustriais em Jalisco, México. Foto: Biodiversidade

No Brasil, 19,1 milhões de hectares foram destruídos entre 1990 e 2019. Sobretudo na chamada Amazônia Legal, uma área que inclui os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, e uma parte do Maranhão, todos pertencentes à bacia amazônica.

Um elemento fundamental, muitas vezes silenciado por organizações conservacionistas, é que nos territórios com floresta viviam (e vivem) povos indígenas, camponeses, agricultores, famílias. Atores essenciais para a soberania alimentar e a defesa das florestas nativas.

Os milhões de hectares devastados foram transformados em monoculturas. Os números estão no início deste texto.

Outra monocultura, mesmo modelo. O Uruguai é um caso muito particular no avanço da agricultura sobre suas florestas. A Lei 15939 (de 1987) proíbe o corte de florestas nativas (com exceção para o uso doméstico e com a autorização da Dirección General Forestal) e obriga a reflorestar com espécies nativas. Assim, a área florestal passou de 664 mil hectares em 1990 para 850 mil em 2019. Mas a lei incentiva o desenvolvimento da indústria florestal, que gera o avanço do monocultivo de árvores, parte do modelo agroindustrial. Em 1987, a superfície de plantios florestais (pinus e eucaliptos) era de 46 mil

hectares. Em 2017, atingiu 2,2 milhões de hectares. Isso significou a monopolização de terras, o uso massivo de agrotóxicos e a instalação de fábricas de celulose, com relatos de poluição da água e do ar. O caso mais famoso: Botnia-UPM, de capitais finlandeses.

Região do Chaco. A ONG paraguaia Guyra analisa a situação no Gran Chaco sul-americano, que inclui Argentina, Paraguai e Bolívia. Analisou o avanço do desmatamento entre 2010 e 2018. Em 2010 e 2011, foram contabilizados, em média, picos de até 1.400 hectares por dia. E, em 2012 e 2013, a média aumentou para 2.000 hectares por dia. De modo geral, entre 2010 e 2013, mais de 1,6 milhão de hectares foram destruídos. O Paraguai liderou o ranking, com 1 milhão de hectares destruídos.

Em junho de 2018, último relatório mensal disponível, foram detectados 34 mil hectares destruídos, uma média de 1.096 hectares por dia. A Argentina representou 80% e o Paraguai 18%.

“Monitoreo desmonte” é um site colaborativo que analisa a situação das florestas na região do Chaco, na Argentina, em doze províncias do norte do país onde avançou o modelo agropecuário. Usando imagens de satélite, ele especifica os desmatamentos desde a década de 1970 até os dias atuais.

Entre 2000 e 2018, foram perdidos 5,7 milhões de hectares, uma média anual de 300 mil hectares.



Embalagens de agrotóxicos em área de cultivo. Foto: Biodiversidade

“As taxas de desmatamento nesta região estão entre as mais altas do mundo e são promovidas principalmente pelo avanço da fronteira agrícola. Esse processo gerou conflitos territoriais importantes que aumentaram a preocupação e o interesse em conservar os bens naturais e culturais associados a essas florestas”, explicam os autores do levantamento, a Red Agroforestal Chaco Argentina (Redaf), o Laboratorio de Análisis Regional y Teledetección (LART) da Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires (Fauba) e o Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA).

Na Argentina, foi aprovada em 2007 a chamada “Lei Florestal” (26331), que procurava frear o desmatamento. Desde a promulgação da lei até o final de 2016, 2,4 milhões de hectares foram destruídos na Argentina, o equivalente a 120 vezes a superfície da cidade de Buenos Aires. As províncias de Santiago del Estero, Salta, Formosa e Chaco concentraram 80% do desmatamento.

Crise climática. Além das emissões de gases de efeito estufa, um fator essencial é o papel que as florestas têm de absorver dióxido de carbono, fornecer oxigênio e ser essenciais para diminuir a temperatura do planeta. No entanto, entre 1990 e 2019, mais de 129 milhões de hectares de florestas foram destruídos no mundo, uma área equi-

valente à da África do Sul. O agronegócio, que inclui a pecuária industrial, é um fator-chave na destruição dessas florestas.

“Perspectivas para o Meio Ambiente Mundial” é o nome do relatório das Nações Unidas (ONU), apresentado em março de 2019. Ele fornece um aviso imperativo: o planeta está caminhando para o colapso climático, sanitário e social.

Desde 1880, a temperatura mundial aumentou entre 0,8 e 1,2 graus centígrados. E na última década, aconteceram oito dos dez anos mais quentes da história. O *Acordo de Paris* (2015) estabelece que os países signatários devem adotar ações para que a temperatura do planeta não ultrapasse o aumento de 1,5 graus centígrados. Ele foi (e é) amplamente criticado pelas organizações sociais por não questionar o modelo de consumo que leva ao desastre climático, não ser vinculante, não frear a extração de hidrocarbonetos (como havia sido proposto na Cúpula Mundial de Kyoto, Japão, em 1997) e propor “falsas soluções” (plantio de monocultivos de árvores, bônus de “compensação” para poluir, geoengenharia para modificar o clima, entre outros).

As grandes potências econômicas do mundo comandam o Grupo dos 20 (G20). E esses mesmos países também são os principais responsáveis pela crise climática, pelo aumento da temperatura global e os consequentes desastres ambientais: 76% das emissões de dióxido de carbono (o principal fator do aumento da temperatura) são provenientes dos países do G20. Os líderes no ranking de poluição são China, Estados Unidos, União Europeia, Índia, Rússia, Japão e Alemanha.

O relatório da ONU é conclusivo: “As atividades antrópicas (humanas) degradaram os ecossistemas da Terra e minaram os fundamentos ecológicos da sociedade”. Ele esclarece que é necessário “adotar medidas urgentes em uma escala sem precedentes para parar e reverter essa situação e, assim, proteger a saúde humana e ambiental”. Algumas das medidas essenciais são reduzir a degradação do solo, frear a perda de biodiversidade e a poluição do ar, terra e águas; mitigar as mudanças climáticas e reduzir a queima de combustíveis fósseis”. Joyce Msuya, diretora executiva para o Meio Ambiente da ONU, foi taxativa: “Estamos causando mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Não haverá amanhã para muitas pessoas, a menos que paremos. 🌱”

Este artigo é parte do projeto *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur*, realizado com o apoio de Misereor. A versão completa dos textos que o compõem pode ser encontrada em biodiversidadla.org

Do agronegócio inviável à agricultura pós-industrial

José Godoy (*Colectivo por la Autonomía*)

18

Em abril de 2019, Alejandro Nadal, como outras vozes internacionais, declarou: “Como vamos garantir a alimentação de uma população de 8,5 bilhões de pessoas em 2030? A maioria da população pensa que a única maneira de conseguir isso é através da agricultura comercial em larga escala, que hoje domina o mercado mundial de alimentos. Essa é a resposta equivocada”.

Ele reconhecia, como economista, as técnicas de produção que “se apoiam em um saber camponês milenar baseado na agrobiodiversidade. Essa forma de produção contraria quase todos os princípios da produção capitalista, que prefere a uniformização (monocultivo), a mecanização e o uso intensivo de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos)”.

“A luta pela comida de amanhã começa hoje. A forma como são produzidos hoje afeta a produção de alimentos nutritivos e um ambiente saudável no futuro. A agricultura comercial em grande escala, intensiva em capital e em insumos químicos não apenas não é a resposta para as necessidades de produção e conservação, como coloca em risco o suprimento global de alimentos no futuro. É urgente revalorizar a agricultura regida pelos princípios da produção agroecológica”.¹

Em 1978, Iván Ilich escrevia em *La Convivencialidad*: “Quero traçar um panorama do declínio do modo de produção industrial:

dois terços da humanidade ainda podem evitar passar pela era industrial se escolherem, a partir de agora, um modo de produção baseado em um equilíbrio pós-industrial, esse mesmo contra o qual as nações super industrializadas se verão encurraladas pela ameaça do caos”. Ilich convocava a investigar criticamente o monopólio do modo industrial de produção e como imaginar outros modos de proceder.

O sistema alimentar industrial está mostrando em alta velocidade que, mais do que uma solução, já é o cerne do problema. Deixa na sua passagem doenças, danos ambientais, perda de habilidades das sociedades de conseguir prover seus próprios alimentos e uma destruição do sistema agroalimentar camponês: o sistema central para a reprodução da vida humana.

Esse monopólio busca controlar todos os fatores relacionados às sementes, solo, água, mão-de-obra, insumos agrícolas, transporte e, finalmente, o preço dos alimentos. Avança com “empresas diretamente beneficiadas por atos governamentais do Estado, por suas políticas públicas, suas reformas constitucionais e suas legislações alavancadas por acordos de livre comércio e cooperação”.² Tanto desvio de poder e recursos investidos em favor de empresas faz com que, no México, tenhamos “um excesso de oferta de alimentos industrializados de

muito baixo valor nutricional” o que resulta em que “das 600 mil mortes registradas por ano, 300 mil estejam relacionadas à má alimentação”.³

No México, esse sistema agro-industrial é discutido em todo o território nacional. A disputa com o modo de produção camponês-indígena está presente nas comunidades.

Península de Yucatán. “A cultura de soja no município de Bacalar se intensificou a partir de 2012. Foram os menonitas que a desenvolveram, desmatando cerca de 3 mil hectares de selva.”

“De acordo com o monitoramento do coletivo de sementes Múuch Kananlínaj, ao longo de um período de dez anos 26 mil hectares de terras comunais foram vendidos no município de Bacalar. Os compradores, até agora, são identificados como menonitas, empresários agrícolas de origem alemã, filipina e japonesa que pagaram, em média, 5 mil pesos (206 dólares) por hectare.”⁴

A *Procuraduría Agraria* nas comunidades desempenhou o papel de “agente imobiliário”, convencendo com artimanhas aos camponeses e povos indígenas para vender suas terras. As autoridades do governo dizem: “A segurança jurídica em 98% da propriedade social da Quintana Roo é um fator preponderante para promover, através dos setores de turismo, imobiliário e de serviços, um me-



Milho industrial

lhor padrão de vida para as famílias camponesas da entidade”.⁵

As comunidades dos três estados da península responderam movendo processos contra o plantio comercial de soja transgênica e contra programas interestaduais que buscam “ordenar” e converter em folclórico o modo de vida ancestral dos maias.

Em Campeche, são cultivados 50 mil hectares de soja, que expandem a fronteira agrícola destruindo a selva, sendo isso promovido pelo governo que concede subsídios a produtores e compradores.⁶ Essa soja transgênica foi plantada ilegalmente. Atualmente, há contaminação por glifosato em crianças e adultos nas comunidades maias, e nos lençóis freáticos e fontes de água comunais.⁷

Jalisco. No México, entre 1992 e 2015, a venda e aplicação de agrotóxicos cresceu 222% e hoje é au-

torizado o uso de 140 agrotóxicos proibidos em outros países devido à sua alta toxicidade e aos danos que causam aos ecossistemas. O modelo agroexportador de Jalisco transformou o estado em um mar de agrotóxicos.

“Em Jalisco, 4.744 pessoas morreram de insuficiência renal entre 2013 e 2017, das quais 50 eram bebês, com menos de um ano de idade, enquanto 419 pessoas tinham entre 1 e 24 anos. De acordo com Felipe Lozano, da Universidade de Guadalajara, a contaminação da água é um fator crucial que causa doença renal, devido à exposição a agrotóxicos.”⁸ Ao constatar esses dados e com o reconhecimento oficial da epidemia, um amplo grupo de pesquisadores começou a monitorar a presença de agrotóxicos em vários locais do estado.⁹

Foi investigada a presença de agrotóxicos, entre os quais o gli-

fosato, em 281 crianças, com idade média de 9 anos, de 2 regiões distantes uma da outra, mas com características agroindustriais, e foi encontrada a presença de 2 a 12 agrotóxicos nos testes de urina das crianças.¹⁰

Em fevereiro de 2020, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos adotou medidas cautelares para “preservar a vida, a integridade pessoal e a saúde dos habitantes de áreas a até 5 quilômetros do rio Santiago”, afetadas pela atividade industrial e agroindustrial nessa bacia.¹¹

Uma grande variedade de agrotóxicos foi encontrada nas fontes de água; nos lagos e represas foram encontrados o glifosato, usado para controlar a presença de lírio, e várias outras substâncias, devido a escurrimientos.

Na bacia do Rio Ayuquila (que vai do sul de Jalisco até Colima), foram encontrados agrotóxicos

nas amostras de água do rio provenientes de cultivos de agave, milho, cana, pastos, citros, aveia e batata.¹²

Na região melífera do Nevado de Colima há “evidências de mortandade de abelhas causada por neonicotinoides em plantações e estufas de abacate e amoras”, além de danos e riscos para outros polinizadores, ao meio ambiente e à saúde humana.¹³

Na região de Chapala, o inseticida Lindano aparece em gestantes.¹⁴ “A epidemia da obesidade revelou [...] que pode haver uma associação etiológica entre a exposição uterina a certos compostos químicos e a obesidade pós-natal; em 79% das gestantes incluídas nesses estudos foi detectada a presença de HCH lindano”.

Todos os anos são produzidos cerca de 2.800 produtos químicos e, infelizmente, menos da metade foi estudada, buscando conhecer a toxicidade que representa para o feto, criança ou adulto.¹⁵

O aspecto mais preocupante dessa guerra de agrotóxicos é a presença misturada de todos, sua persistência e a acumulação nas pessoas e na natureza, sua desregulamentação e seus efeitos não tratados em populações muito grandes, além de sua mistura com resíduos industriais e urbanos. Enquanto isso a população dessas regiões tenta manter, na contracorrente, suas atividades camponesas.

Michoacán. Em reuniões para analisar o agronegócio e promover a troca livre de sementes na

comunidade purépecha, em Cherán, eles insistem que as sementes são o mais importante, são vida e, mesmo assim, as pessoas estão menos no campo e aumenta a migração.

A *milpa* persiste e as comunidades conscientes fazem prevalecer as formas de produção artesanal. A prioridade é produzir, preservando e mantendo o benefício coletivo.

Ver as comunidades como reservas de recursos naturais é uma visão muito empresarial. Às vezes, as pessoas copiam modelos de negócios ou iniciativas baseadas em um interesse muito alheio aos valores comunitários. “E depois nos impõem a ideia de que nossos projetos fracassam. Na realidade, devemos buscar outra vida, com base em nossos saberes de agricultura ou agroecologia, nosso comércio, construção, ideia de saúde ou resolução de conflitos. Tudo está relacionado, como produzimos, com que tecnologias, o que comemos, como o conservamos e trocamos”, nos dizem as pessoas do Concejo Mayor.

O agronegócio arrebatou, modifica e impõe em toda a cadeia alimentar e seus processos um nível de toxicidade e contaminação nunca antes visto. Até o ponto de se vincular a redes econômicas criminosas.

Em Michoacán, transformou os membros da comunidade em peões das zonas baixas e dos vales, às vezes forçados, para trabalhar nos campos de amora, mirtilo, morango, abacate, brócolis ou batata. Tudo planejado em reuniões e programas de empresas e governos.

“Diante desse cenário, a comunidade decidiu defender a autonomia, o território e as pessoas: ‘que é como plantar a semente’. Toda a riqueza vem do trabalho e está sendo roubada de nós. O agronegócio necessita nosso trabalho



Blancaflor, Quintana Roo, México. Foto: Biodiversidade

para gerar sua riqueza a partir de nosso território. Isso é puro extrativismo”.

Eles precisam tornar o camponês dependente para convertê-lo em mão de obra, por isso se apropriam de seu solo, suas sementes, sua vida silvestre, sua comunidade e seu território para impor vastos campos de monocultivo industrial. São produções de mercadorias alheias à comunidade, com alta dependência e consumo tecnológico.

No México, o milho é o alimento básico, é um cultivo muito generoso que permite fazer muitas coisas ao mesmo tempo, produz o necessário e pode coexistir com muitos outros cultivos que, juntos, proporcionam uma grande quantidade de benefícios, não apenas alimentares.

“Os movimentos comunitários estão se esvaziando, empurrados pelo agronegócio e pelas cadeias de lojas com produtos industrializados caros e prejudiciais à saúde, produzidos com insumos de nossas regiões: batata, milho e soja. É um círculo de imposição e controle que gera uma grande crise de crises: econômica, de saúde, ambiental e climática”, insiste o Concejo Mayor.

O grande esforço das pessoas para levar seus filhos às escolas é revertido em prepará-los para trabalhar nas indústrias.

A agricultura pós-industrial.

Eles nos acusam de querer “voltar às cavernas”, mas a sociedade pós-industrial não é a sociedade pré-industrial. É muito mais complexo do que isso. É a sociedade que já viveu os efeitos da era industrial, que reconhece os remanescentes menos impactados pela industrialização de bens e serviços, que descreve e critica a sociedade industrial. Reconhece avanços científicos ou tecnológicos, e propõe um modo de vida e um relaciona-



Comunidad de Buena Fe, Quintana Roo. Foto: Biodiversidade

mento de convívio com a natureza e a sociedade, com base em ferramentas disponíveis a todos, para nos equipar, em uma escala acessível a toda a população, com o que é necessário para viver, cuidando do nosso ambiente. Por isso, a relevância de uma agroecologia que se nutra do saber camponês e torne comunitários a terra, o solo, a água, as sementes e todas as ferramentas para a reprodução da vida humana. Iván Illich disse em *La Convivencialidad*: “Chamo sociedade convivencial aquela em que a ferramenta moderna está a serviço da pessoa integrada à comunidade e não a serviço de um corpo de especialistas. Convivencial é a sociedade em que as pessoas controlam a ferramenta”.

Em 2009, foi perguntado a Alejandro Nadal que lição poderíamos tirar da epidemia de gripe suína: “isso tem a ver com biossegurança. Essa epidemia é um sinal claro de que os sistemas de biossegurança no México (e provavelmente em muitos países) não estão preparados, nem remotamente, para enfrentar contingências. Ainda assim, o governo mexicano insiste em seu desejo de liberar cultivos transgênicos em escala comercial. Especialmente marcante é o caso do milho. Este cultivo tem seu centro de origem no México e ... não há condições de biossegurança no México.”

“Somos tão deformados pelos hábitos industriais que não ousamos mais considerar o campo de

possibilidades; Para nós, renunciar à produção em massa significa retornar às cadeias do passado ou adotar a utopia do bom selvagem.”¹⁶

No entanto, em meio à crise do Covid-19, Herman Bellinghau- sen nos lembra em sua coluna de

30 de março em La Jornada que: “agora, de repente, o futuro não existe. Tomávamos isso como ga- rantido. Planos e projeções per- dem sentido. A vida cíclica dos povos originários e camponeses está menos em risco do que a li- near em progresso e inovação

constante das sociedades urbanas; eles estão naturalmente se prepa- rando para o próximo plantio e para as festas do calendário, mes- mo que seja preciso pular alguma pela situação de emergência”. “Os povos são aqueles que mostraram que sabem resistir”. 🌱



Foto: Biodiversidade

Notas

1. Alejandro Nadal, “La batalla por la alimentación del futuro”, *La Jornada* 4 de março de 2019
2. Demanda “Violencia contra el maíz, la soberanía alimentaria y la autonomía de los pueblos”. *Las reformas estructurales y la integralidad del ataque contra la subsistencia*. Tribunal Permanente de los Pueblos/ capítulo México, 2014.
3. Hugo López-Gatell Ramírez, Conferência oficial vespertina Covid-19 05 de abril de 2020.
4. Heber Uc Rivero, *El derecho al territorio frente a la soya transgénica en Bacalar*, Ceccam, 2019
5. La Procuraduría Agraria intensifica el ordenamiento y la seguridad patrimonial en el campo de Quintana Roo. <http://www.pa.gob.mx/boletines/boletines.htm>
6. “El Estado, gran productor de soya”, *Por esto*, 24 de novembro, 2019
7. Serapaz, “Soya transgénica en Campeche y Yucatán, una ruta pendiente”, 11 de julio de 2016, serapaz.org.mx
8. “Jalisco encabeza la lista de enfermos renales”, *El informador*, 15 de novembro de 2019.
9. Humberto González, “Un desafío ético para el desarrollo científico de México”, *Este País*, Ciencia y Desarrollo, janeiro de 2019.
10. Erik Sierra-Díaz e outros, “Urinary Pesticide Levels in Children and Adolescents Residing in Two Agricultural Communities in Mexico”, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2019.
11. Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Resolución 7/2020 Medida Cautelar núm. 708-19. Pobladores de las Zonas Aledañas al Río Santiago, respecto de México, 15 de fevereiro de 2020.
12. Arturo Rodríguez Aguilar, y otros. “Análisis de residuos de plaguicidas en el agua superficial de la cuenca del río Ayuquila-Armería”, México. *Terra Latinoamericana* 37:151-161. 2019.
13. José María Tapia González, e outros. “Pesticidas: insecticidas neonicotinoides y el futuro de las abejas y otros insectos polinizadores”, *Revista Latinoamericana el Ambiente y las Ciencias* 10 (23), 2019.
14. Felipe Lozano Kasten e outros, “Exposición involuntaria de mujeres embarazadas al plaguicida hexaclorociclohexano (Hch) en Chapala, México, 2011-2012”, <https://imbiomed.com.mx/>
15. Diana Citlalli García Ramírez, “Efecto de la exposición materno infantil al plaguicida hexaclorociclohexano y su relación con obesidad infantil (2 A 5 Años) en Chapala, Jocotepec y El Molino, Jalisco, México”, Tesis profesional para obtener el grado de maestra en ciencias. 2014- 2015.
16. Alejandro Nadal, “Desarrollo sustentable y producción del maíz en México”, *La Jornada*, 10 de outubro de 2012.

Desafios e estratégias para enfrentar o modelo de agronegócio a partir da organização camponesa

Fabián Pachón

Fensuagro (Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria) | CLOC- Via Campesina

Para nós, como instância de coordenação latino-americana de organizações do campo, é de grande importância compartilhar as lutas que temos empreendido ao longo da nossa existência para enfrentar e resistir ao ataque do capital financeiro internacional, e sua intenção de implementar seu modelo de agronegócio. Vamos começar pelo que somos e o que construímos coletivamente em um processo orgânico de debate, estudo e ações mobilizadoras.

São vários os momentos históricos que tivemos em nossas lutas: primeiro a campanha dos “500 anos de Luta e Resistência do Movimento Camponês, Indígena e Afro na América Latina”; depois, os três encontros, na Colômbia, Guatemala e Nicarágua, muito importantes para encaminhar ações que enfrentassem as corporações multinacionais e transnacionais. Outro espaço importante ocorreu com as mobilizações do Fórum de São Paulo e da Rio+20. Também a luta na FAO para que o alimento não seja visto como mercadoria: elementos com os quais formulamos nossa posição contra a OMC. Esses cenários nos colocam em constante confronto com o agronegócio.

“A Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do campo (CLOC-Via Campesina) é uma instância de articulação continental, com 16 anos de compromisso constante com a luta social, que representa movimentos camponeses, de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e afrodescendentes de toda a América Latina. Atualmente, contamos com 85 organizações em 21 países da América Latina e Caribe que constituem uma força social mobilizadora presente em todos os espaços, oferecendo propostas alternativas em nível do nosso continente”. A CLOC é a aliada direta da Via Campesina Internacional em nosso continente para (com nossos temas de trabalho, nossos eixos, ações e espaços de articulação e mobilização) lutar contra o sistema patriarcal e capitalista que, com o modelo do agronegócio, destrói a vida de camponeses e camponesas.



Serra norte de Veracruz, México. Foto: Hugo Susano

Foi formalmente constituída no congresso de Lima, Peru, de 21 a 25 de fevereiro de 1994, com a participação de várias organizações em nível continental. O ano de 1994 foi emblemático para os movimentos populares da região, devido aos sinais de reativação das lutas sociais, principalmente no campo, contra as políticas neoliberais. Começou com o levante zapatista em Chiapas, México, e em seguida registrou o segundo levante indígena no Equador, as marchas dos cocaleros na Bolívia, as mobilizações pela reforma agrária no Paraguai, Guatemala e Brasil. (CLOC 2020)

Embora o nascimento da CLOC tenha sido registrado nessa época, a luta e a articulação para constituí-la começaram anos antes, buscando consolidar espaços autônomos. Esse impulso foi reforçado pela Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992), convocada por organizações camponesas-indígenas da Região Andina e pelo Movimento Sem Terra (MST) do Brasil, que em um momento de enorme adversidade para as organizações populares, não apenas abriu uma trincheira de resistência, mas também acabou sendo um laboratório para formular abordagens políticas e organizacionais para os novos tempos. (CLOC 2010)

O surgimento da CLOC naqueles momentos históricos esteve muito orientado para ações de resistência e luta contra os efeitos adversos que a implementação de políticas neoliberais com o agronegócio estava gerando. Em 2019, Nury Martinez, da Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (Fensuagro) da Colômbia menciona em um documento que a CLOC tem lutado pela terra e por uma reforma agrária integral e popular desde o seu início. A soberania alimentar é incorporada, afirmando que o acesso aos alimentos é um direito da humanidade e que a terra e a água estejam nas mãos daqueles que alimentam os povos. Nury Martínez enfatiza a importância de refletir sobre como aplicarmos a reforma agrária e a soberania alimentar a partir de nossos territórios.

Neste exercício, vemos que, apesar de empreendidos ações de reforma agrária e construção da soberania alimentar, o agronegócio (produto de uma lógica capitalista de funcionamento) condiciona a produção agrícola a uma economia corporativa centralizada que força gerar ações extrativistas insustentáveis. Isso busca condicionar a sociedade em geral a padrões de consumo e altos níveis de dependência que geram novas formas de escravidão, as quais enriquecem poucos e empobrecem muitos, com a falsa ideia de comprar a felicidade. Esse *modus operandi* afeta as organizações rurais, as quais durante muito tempo construíram as bases da sociedade a partir da agricultura.

Identificamos que os abusos contra a população camponesa latino-americana são sistêmicos. Parecem saídos de uma fábrica, com sua lógica de padronizar a produção, uma vez que é evidente a aplicação dos mesmos procedimentos em diferentes países. Começam com a implementação de políticas neoliberais que favorecem empresas multinacionais e transnacionais, e geram oligopólios no mercado globalizado. Assim tem sido a implementação dos Acordos de Livre Comércio, as regulamentações para controlar as sementes e a biodiversidade.

A imposição das políticas neoliberais cria as condições ideais para implantar o agronegócio e aplicar seu pacote tecnológico padronizado: assistência técnica com serviços de extensão para o monocultivo, agrotóxicos, transgênicos, mecanização automatizada (agricultura sem agricultores), canais de distribuição com base na exportação da produção sob padrões momentâneos de qualidade, planos de financiamento que endividam as comunidades camponesas cujo objetivo é gerar recursos para os bancos e não melhorar a qualidade de vida do campesinato. Esses são fatores que afetam as economias camponesas sustentáveis, trazendo como conse-

quências um processo de descampezinação, monopolização de terras, pobreza, desnutrição, aumento de suicídios no campo devido ao endividamento, perseguição ou desaparecimento de líderes sociais, migração de populações rurais para a cidade, perda de biodiversidade, desequilíbrio ambiental com a destruição de agroecossistemas, aquecimento global, entre outros problemas.

Outra situação é que o agronegócio vem acompanhado pela privatização da educação e da saúde. Na maioria dos países, deixou de ser um direito para se tornar um serviço prestado por uma entidade corporativa. No caso da educação nas áreas rurais, a orientação ou objetividade está descontextualizada, não se adapta às necessidades ou condições que os camponeses e camponesas têm nos distintos territórios.

Frente a essa série de efeitos adversos da economia atual, consideramos, como CLOC, a necessidade de continuar fortalecendo a organização camponesa a partir dos processos de formação popular constante e do desenvolvimento de estratégias de comunicação. A partir de campanhas de mobilização para enfrentar o agronegócio, neutralizar a privatização das sementes, não permitir os transgênicos, nem o uso de agroquímicos, e frear as concessões de mineração e energia que invadem nossos territórios. Queremos avançar para territórios livres de capital financeiro, onde a produção agroecológica forje a soberania alimentar, respeitando a Pachamama.

É importante continuar impulsionando os processos de reforma agrária, soberania alimentar, defesa dos direitos humanos, proteção e preservação camponesa da biodiversidade e dos recursos naturais, massificação de uma agricultura sustentável a partir da agroecologia, de luta contra o sistema patriarcal que impõe a divisão e a valorização sexual do trabalho, de participação da juventude em diferentes espaços.

No nível específico, como CLOC, estão sendo traçadas estratégias para que o campesinato latino-americano tenha condições de reconhecimento legal, por esse motivo acompanhamos a Declaração dos Direitos Camponeses. Diego Montón, membro do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), em nosso último congresso expressou que o documento reconhece o papel que camponesas e camponeses desempenham na produção de alimentos saudáveis e na promoção do desenvolvimento sustentável, e a importância da agroecologia para fazer frente à crise alimentar. Ali são incorporados os direitos coletivos sobre a semente, a terra, o uso comunitário da terra, o processo de gestão de bens comuns. O documento solicita a garantia de uma

vida decente para camponesas e camponeses, a partir da garantia de um comércio justo.

Outras ações que promovemos contra o agro-negócio são a realização da Campanha de Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade; campanhas contra os agrotóxicos; campanhas para tirar a OMC da agricultura; a Campanha dos 500 Anos de Resistência Camponesa, Indígena Negra e Popular; e a Campanha Basta de Violência contra as Mulheres! Essas estratégias permitiram a articulação e conscientização da sociedade em geral. Todo dia 17 de abril comemoramos o Dia Internacional das Lutas Camponesas, que nos possibilita lembrar de pessoas que sacrificaram suas vidas para impedir o avanço das empresas com o agronegócio.

Essa dinâmica nos obriga a manter os olhos bem abertos e a analisar constantemente a conjuntura; agora enfrentamos a pandemia e vemos o fracasso do sistema ao não conseguir garantir comida à população em momentos críticos.

Em tempos de pandemia, campones@s unid@s alimentamos os povos! Por esse motivo, no Comunicado da CLOC sobre a Pandemia, 2020, afirma-se: “Apelamos à solidariedade internacional frente à pandemia mundial que estamos enfrentando no momento. Com o avanço da Covid-19 (coronavírus), a crise epidemiológica expôs a ausência de políticas públicas de saúde. O capitalismo está de joelhos diante da privatização dos serviços médicos e do uso desenfreado de redes sociais que transmitem notícias falsas para espalhar o pânico”.

Para enfrentar a crise, os governos deveriam considerar como uma de suas políticas prioritárias as reformas agrárias necessárias para garantir as condições que permitirão ao campesinato ir consolidando a soberania alimentar de cada país; com isso haveria uma garantia de alimentos.

É preocupante o fato de que, com a Covid-19, os governos mantenham esquecidas as populações rurais e interrompam os programas de educação para meninos e meninas camponeses, pois eles não têm condições materiais para acessar a educação virtual que está sendo promovida.

Sem dúvida, estamos atravessando momentos históricos. O campesinato vem adquirindo importância e já está à vista o papel fundamental que desempenhamos na produção de alimentos e na resiliência diante das adversidades. Por esse motivo, enfrentamos o desafio da necessidade de continuar construindo um modelo econômico baseado na autodeterminação dos povos. Para isso, é essencial continuar plantando a sementinha que nos permita



Plantando amendoeiras nas encostas. Foto: Hugo Susano



Fabricando um pau-cavador [coa] para semear. Foto: Hugo Susano

colher a unidade em meio à diversidade que nosso povo latino-americano possui. A partir disso, continuar com a mobilização que garanta acumular forças contra o agronegócio.

Outro desafio importante como camponesas e camponeses que produzem alimentos saudáveis é continuarmos promovendo a partir de nosso trabalho um modelo de desenvolvimento sustentável, palpável, que mostre como a agroecologia é capaz de enfrentar a crise alimentar.

Trabalhar sobre esses desafios, como mencionou Seibert em 2019, permitirá seguirmos construindo e materializando soluções locais, regionais e internacionais, apropriar-nos dos conhecimentos e ter o domínio dos novos métodos da comunicação social, da solidariedade entre os povos e a unidade.

Consideramos importante transmitir às organizações aliadas e à população em geral a necessidade de continuar analisando juntos os fatores que condicionam nossas ações e nos atam à lógica do mercado. Por esse motivo, compartilhamos uma das construções teóricas de um dos colegas de nossa organização, Raúl Krauser, que em 2012 escreveu: “Precisamos saber o que é conhecida como ‘maldição da estratégia’, ou seja, se você não tem uma estratégia política não se preocupe, você fará parte da estratégia de outra pessoa”.

A estratégia que desenvolvemos até agora é a denúncia permanente dos abusos cometidos pelo agronegócio contra as diferentes formas de concepção da vida no campo e, paralelamente, concretizar ações de organização, formação e mobilização que se veem refletidas em um processo em constante movimento. Dessa maneira, conseguimos lavrar a terra, semear, colher, debater, teorizar, repensar o que fazer frente aos cenários que se apresentam. O tempo parece relativo quando se alcançam várias ações de maneira planejada.

Krauser menciona que “se tivermos um campesinato forte, teremos a possibilidade de produzir alimentos em quantidade e qualidade para todos, manejando o carbono, resfriando o planeta e gerando emprego e desenvolvimento econômico genuíno também nas cidades”.

Raúl Krauser, do MPA, faz esta importante reflexão final para enfrentar o agronegócio:

“Quando um camponês planta uma semente de milho crioulo, é uma luta concreta contra a transnacional. No Rio Grande do Sul, 300 mil quilos de alimentos por mês produzidos por nós vão para os bairros pobres da cidade, o mesmo no Espírito Santo, na Bahia, beneficiando mel, etc. Não podemos esperar a sociedade mudar para fa-

zer nossas propostas, temos que demonstrar que é possível construir o novo enquanto tentamos superar o antigo”. 🌿



Colheita de milho. Foto: David de la Cruz

Referencias:

1. CLOC-Vía Campesina, “La Vía Campesina llama a intensificar la lucha contra el agronegocio, unidxs por la soberanía alimentaria”, 26 de julho de 2017. <http://www.cloc-viacampesina.net/noticias/la-campesina-llama-intensificar-la-lucha-contra-el-agronegocio-unidxs-por-la-soberania>
2. “Campesinos luchan por la justicia: casos de violaciones de los derechos humanos de los campesinos”, 28 de junho de 2017.
3. Comunicado CLOC-Vía Campesina, Los desafíos durante y después de la 3. pandemia, 3 de abril de 2020
4. <http://www.cloc-viacampesina.net/institucional/quienes-somos>
5. Diego Montón, declaración de los derechos campesinos surge de las luchas de la Vía Campesina, 30/06/2019. <http://www.cloc-viacampesina.net/articulos-vii-congreso/declaracion-de-los-derechos-campesinos-surge-de-las-luchas-de-la-campesina>
6. Raúl Krauser, Producir enfrentando al agro-negocio es posible. CLOC-Vía Campesina, 26 de abril de 2012. <https://viacampesina.org/es/brasil-producir-enfrentando-al-agronegocio-es-posible/>
7. Nula Faria, “El debate sobre la opresión de las mujeres y el concepto de género”, 29 de agosto de 2012 <http://www.cloc-viacampesina.net/mujeres/el-debate-sobre-la-opresion-de-las-mujeres-y-el-concepto-de-genero>
8. Nury Martínez, Reforma agraria, unidad y socialismo, ejes principales del VII Congreso, 30 de junho de 2019 <http://www.cloc-viacampesina.net/articulos-vii-congreso/reforma-agraria-unidad-y-socialismo-ejes-principales-del-vii-congreso>
9. Iridiani Seibert, Coyuntura internacional — “El capitalismo está en su fase transnacional más elevada” 29 de junho de 2019. <http://www.cloc-viacampesina.net/articulos-vii-congreso/coyuntura-internacional-el-capitalismo-esta-en-su-fase-transnacional-mas>

O dano global das granjas industriais

Biodiversidade

Muitos encadeamentos de eventos interligados e fora de controle vão tecendo o cenário atual, que podemos vislumbrar em um instante, em um gráfico, em uma tabela com cifras e que foi configurando esse “estado de exceção” que chamam de pandemia.

E não há dúvida de que a pandemia existe e que as cifras exibidas nas páginas, mapas, canais de televisão e conferências mantêm uma consonância bastante próxima com o que está acontecendo, sejam uma amostra do universo maior do qual elas surgem, ou o número inclemente da situação momento a momento das suspeitas, infecções confirmadas, recuperações, casos graves ou óbitos – termo eufêmico para a morte nada passageira.

Hoje sabemos que a “tempestade perfeita” que provocou o surto de Covid-19 veio da explosão de vários contrapontos interligados que têm como

centro o sistema capitalista e sua concretude sempre industrializante.

Por um lado, a reconfiguração dos ambientes onde existem aglomerados, constelações de vírus, que de repente se aproximam das populações de animais que vivem mais em contato com os seres humanos. Isso tem a ver com o desmatamento, a aproximação de populações de animais selvagens, a produção industrializada de alimentos (principalmente carne), mas também com o descarte dos resíduos, o ar, a água, e o crescente amontoamento de populações animais e humanas em uma tremenda disputa em bairros marginais e favelas. Por um lado, prisões públicas e privadas, centros de detenção de migrantes, campos de refugiados, asilos de idosos, grandes operações agroindustriais com alojamento para os peões e por outro lado enormes e virulentas granjas industriais, onde todos os

27



tipos de vermes, bactérias, vírus e fungos se entrecruzam de maneira violenta. Ali não existe de nenhum jeito a convivência, nem a escala na qual esses organismos poderiam existir nos ambientes naturais onde coincidem e acabam coabitando, mas locais superlotados, ambientes onde as escalas naturais foram quebradas, rompendo as relações existentes para impor novas, as quais propiciam as mutações, as exacerbações, os recrudescimentos e as degradações.

Assim, o sistema capitalista entra em crise, deixando sob suspeita nossos sistemas alimentares. E, no entanto, a mídia e os cientistas – e até mesmo as pessoas que não teriam nada para dizer e apenas exibem sua carga de preconceito de classe, como o ex-Beatle Paul McCartney – se declaram contra os mercados “úmidos”, por serem “medievais” e trazer “mais catástrofes do que a bomba atômica”, quando esses mercados, na realidade, são mercados de produtos frescos, ao ar livre, vêm existindo há milhares de anos e continuam a resolver o comércio e a troca de produtos camponeses com padrões de sanidade e confiança, que podem variar, mas não são em nada piores do que as condições insalubres, e o potencial viral e bacteriano das granjas industriais. Porque sabemos que a sanidade ou a inocuidade alimentar escondem por trás uma exclusão de sistemas não corporativos de produção e comércio de alimentos.

Apenas três anos antes do início do surto de Covid-19, dezenas de milhares de porcos de quatro granjas industriais do condado de Qin-gyuan, em Guangdong, a menos de 100 km de onde se originou o surto da SARS em 2003, morreram de um surto de uma nova cepa letal de coronavírus (SADS) que se mostrou 98% idêntica a um coronavírus encontrado em morcegos-ferradura em uma caverna próxima. Felizmente, não ocorreu transmissão a humanos, mas testes laboratoriais subsequentes demonstraram que essa transmissão poderia ter sido possível.

A província de Hubei, onde está localizada Wuhan, é uma das cinco maiores produtoras de suínos da China. Nos últimos dez anos, as pequenas criações de porcos da província foram substituídas por grandes granjas industriais e por contrato com aqueles que produzem em nível médio, onde centenas ou milhares de porcos com genética uniforme estão confinados em galpões com alta densidade populacional. Essas granjas industriais são o terreno ideal para a evolução de novos patógenos.

Uma infinidade de autores e centros de pesquisa independentes a serviço das comuni-

dades que defende os sistemas alimentares locais nas mãos das pessoas, como o GRAIN, têm dito isso: “a industrialização e a consolidação corporativa da produção de carne geram maiores riscos para o surgimento de pandemias globais como a Covid-19. Os governos e as grandes empresas de carne ignoram completamente essa realidade”.

Tanto é assim, que repercutimos as notícias sobre as indústrias Smithfield nos Estados Unidos, agora uma subsidiária do Grupo WH, da China, que tiveram que declarar um surto em suas instalações norte-americanas e hoje são um dos focos de contágio mais denso do planeta!!!

“Estamos operando em 100% todas as nossas fábricas e produzindo o mais rápido possível”, disse Ken Sullivan, diretor executivo da subsidiária do Grupo WH nos Estados Unidos, Smithfield Foods. “Acho que nossos funcionários, embora alguns estejam preocupados, são gratos por ter emprego e receber seu salário, enquanto muitos nos Estados Unidos temem perder seus trabalhos ou já os perderam”.

Quando o contágio se tornou conhecido, a fábrica de Sioux Falls (imaginamos que muitos trabalhadores são Lakotas, do entorno) não interrompeu suas operações e até concedeu um bônus de 500 dólares àqueles que não faltassem, mesmo sentindo-se mal. “Em 9 de abril, o número de casos relatados de Covid-19 na fábrica disparou para mais de 80, e os trabalhadores da Smithfield e a população de Sioux Falls ficaram muito preocupados. Um protesto foi realizado fora da fábrica, usando automóveis, para apoiar os trabalhadores, depois que muitos deles expressaram sua preocupação com as condições inseguras de trabalho, como o não fornecimento de máscaras faciais e a exigência de trabalharem muito próximos uns dos outros”.

Sob pressão, a Smithfield concordou com uma paralisação de três dias para fazer a “limpeza” durante o fim de semana. “Suspender a operação não é uma opção. As pessoas precisam comer”, disse o diretor. Nos dias seguintes, o número de trabalhadores infectados na fábrica continuou a aumentar, atingindo o número esmagador de 350 casos até 13 de abril. A fábrica de processamento de carne da Smithfield, naquele momento, respondia por 40% dos casos de Covid-19 no estado, e se tornou o pior foco de coronavírus no país, com trabalhadores transmitindo Covid-19 a suas famílias e comunidades, e potencialmente muito mais longe através das extensas cadeias de distribuição da empresa. Somente depois que o prefeito de Sioux Falls enviou uma carta ao Diretor Execu-

tivo da Smithfield, Ken Sullivan, também assinada pelo governador, pedindo à empresa que fechasse a fábrica por um período mínimo de 14 dias, a Smithfield cedeu e concordou em fechar a fábrica por um período “indeterminado”.

A Smithfield justificou o dano à saúde de seus trabalhadores, salientando que estava protegendo as necessidades alimentares da população dos Estados Unidos. “Continuamos a operar nossas instalações por um motivo apenas: manter o suprimento de alimentos de nosso país durante essa pandemia”, disse Sullivan à *Bloomberg News*.

Mas a realidade é que a maior preocupação da Smithfield no ano passado foram suas exportações para a China, onde o preço da carne de porco é de quatro a seis vezes maior do que nos Estados Unidos. Em junho de 2019, a Smithfield começou a redesenhar suas operações nos Estados Unidos para entregar carcaças de porco à China, que são processadas nas fábricas do Grupo WH na China. Nos meses seguintes, os embarques da empresa para a China triplicaram – o mesmo aconteceu com os lucros da Smithfield.

Como se isso não bastasse, 74% dos frangos e outras aves, 68% dos ovos e 40% da carne de porco no mundo são provenientes de granjas industriais do tipo da Smithfield. E essas fábricas também produzem gases de efeito estufa. Em outras palavras, esse modo de produção de carne tem uma grande responsabilidade pelas mudanças climáticas.

Os dados são impressionantes: em conjunto, as cinco principais corporações produtoras de carne

e lácteos no mundo são, atualmente, responsáveis por um número maior de emissões anuais de gases de efeito estufa do que empresas de petróleo como Exxon, Shell ou BP.

E cada etapa de sua produção pesa. Nas granjas industriais, os animais são engordados com muita soja e milho transgênicos. Em 2010, um terço da produção mundial de soja teve esse destino. Estima-se que em 2050 metade do milho e soja transgênicos engordarão animais que mais tarde chegarão às nossas mesas. Esses grãos são produzidos de forma industrial. Esse setor é responsável por grande parte do desmatamento em nível global. Pelo que os animais fazem. O esterco produz gás metano, que é 28 vezes mais potente que o dióxido de carbono como gás de efeito estufa.

Todos os anos são produzidas 4,5 giga toneladas de gases com efeito estufa a partir de resíduos de alimentos. A decomposição do lixo produzido a partir de resíduos de alimentos derivados de carne é responsável por 20% dessas emissões.

Pelo que a indústria consome. As granjas industriais de animais precisam de combustíveis fósseis e um processamento industrial brutal. Elas geram 20% das emissões de gases de efeito estufa pela produção de carne e laticínios.

Essas fábricas de carne, as granjas industriais, emitem gases que produzem efeito estufa e estão gerando a atual crise climática e, ao mesmo tempo, são fatores de superlotação e proliferação de todos os tipos de bactérias, vírus, fungos, de envenenamento, miasmas sem fim, que acabam adoecendo muitos animais e, eventualmente, também aqueles que trabalham nessas instalações.



Enorme fazenda de banana abandonada da United Fruit, em Palmar Sur, Costa Rica. Foto: Zuiri Méndez



Instalações da United Fruit, hoje abandonadas, em Palmar Sur, Costa Rica. Foto: Zuiri Méndez

Portanto, devemos reduzir nosso consumo de carne proveniente da produção industrial. Claramente, essa não é uma luta contra consumo de carne em si (embora sua redução na dieta dos países que mais consomem possa ser uma contribuição ao clima e à saúde), mas uma luta contra os sistemas corporativos que produzem e processam carne de maneira industrial. Camponesas e camponeses do mundo criaram, comercializaram e utilizaram animais para alimentação, além de vários outros usos, por milhares de anos. Esse deve ser o caminho para que possamos continuar comendo carne como parte de nossa dieta, dentro de nossa diversidade cultural.

Mas, com a produção industrial, o cenário é alarmante para o futuro, porque se adicionarmos a gripe H1N1 de alguns anos atrás no México, e também a peste suína africana que já dizimou um quarto da população de porcos no mundo – e agora esse vírus que paralisa o planeta, temos que repensar não apenas o sistema de produção de alimentos, mas também como erradicar (e será lutando) todas as formas de industrialização que estão se tornando o inimigo da atividade humana em cada setor que tocam.

Essas chamadas zonas de excesso já proliferam em todo o mundo, imersas e atoladas em contaminações e envenenamentos, em mortandades crescentes e mutações letais, nos desmatamentos e devastações, incêndios vorazes e secas

petrificantes: uma sinergia negativa entre gases de efeito estufa, crise climática, devastações e contaminações, além de pandemias virais e patógenos incontroláveis.

No circuito das cadeias de suprimentos, promovem a proliferação de alimentos processados, novamente industriais, que fecham o círculo e anunciam inúmeras catástrofes sem fim com doenças crônicas e degenerativas, se isso não parar.

Como observou o biólogo evolucionista Rob Wallace, “qualquer pessoa que tente entender por que os vírus estão se tornando mais perigosos deve investigar o modelo industrial na agricultura e, mais especificamente, a produção de animais”. Hoje, poucos governos e poucos cientistas estão preparados para fazê-lo. Com a crescente mortalidade da Covid-19, uma mudança radical em uma direção contrária ao atual sistema intensivo de produção de carne é mais urgente do que nunca”. 🌱

Com informações de Michael Staendert, “Mixed with prejudice”: calls for ban on ‘wet’ markets misguided, experts argue”, The Guardian, abril de 2020. GRAIN, “Nuevas investigaciones sugieren que las granjas industriales, y no los mercados de productos frescos, podrían ser el origen del Covid-19”, março de 2020; “Ganancias por encima de todo: la compañía productora de cerdos más grande del mundo propaga la pandemia global”, abril de 2020; GRAIN, vídeo: Fábricas de carne contra el clima ¿Qué tiene que ver la carne con la crisis climática?, junho de 2019, www.grain.org/con-la-crisis-climática/, junho de 2019, www.grain.org

Entrelaçamentos que pioram os sistemas agroindustriais de alimentos

Fazendo eco a toda a documentação desta edição da Biodiversidade, Sustento e Culturas, apresentamos vários pontos de vista aparentemente dispersos que nos ajudam a entender a gravidade do sistema agroindustrial: seus fundamentos históricos de acumulação, sua filosofia apoiada por uma tecnologia falaciosa, as arriscadas inovações que alimentam seus lucros, a mentira de sua filantropia, seus fios, encadeamentos políticos em nível internacional, as evidências de sua nocividade nas granjas industriais, os transgênicos, os agroquímicos, o desmatamento, as pandemias, o caos climático, e a repressão e o crime para conseguir se manter. Tudo isso se combina nesse mosaico diversificado.

31

A criação industrial de animais em confinamento (aves, suínos, bovinos) é uma verdadeira fábrica de epidemias animais e humanas. Grandes concentrações de animais, amontoados, geneticamente uniformes, com sistemas imunológicos debilitados, aos quais antibióticos são administrados continuamente são, segundo a OMS, a principal causa de gerar resistência a patógenos em escala global. Um terreno fértil perfeito para produzir mutações de vírus mais letais e bactérias multirresistentes a antibióticos, que são distribuídos por todo o mundo com os tratados de livre comércio [...]

A relação entre pecuária industrial e epidemias-pandemias vai além dos grandes criatórios. Existem causas concomitantes: a criação em massa de animais converge com a destruição de habitats naturais e da biodiversidade que funcionariam como barreiras de contenção da expansão de vírus em populações de animais silvestres.

Os principais responsáveis por essa destruição de ecossistemas são o sistema agroindustrial de alimentos como um todo, o crescimento urbano descontrolado e o avanço de megaprojetos para



Milho híbrido industrial de marca. Foto: Biodiversidade

atender os anteriores: mineração, estradas e corretores comerciais.

O sistema agroindustrial de alimentos desempenha o papel principal: segundo a FAO, a principal causa de desmatamento no mundo é a expansão da fronteira agropecuária industrial. Na América Latina, provoca 70% do desmatamento e, no Brasil, até 80%.

De todas as terras agrícolas do planeta, 78% (!) são usadas na indústria pecuária de larga escala: seja para pastoreio ou produção de forragem. Mais de 60% dos cereais plantados globalmente são para alimentar animais em confinamento.

Em cada etapa da cadeia alimentar agroindustrial, 4-5 grandes transnacionais dominam mais de 50% do mercado global.

Apenas três empresas (Tyson, EW Group e Hendrix) controlam toda a venda de genética avícola no planeta. Outras três, a metade de toda a genética suína. E umas poucas mais, a genética bovina. Isso provoca uma enorme uniformidade genética nos criatórios, facilitando a transmissão e mutação de vírus.

O mesmo se aplica às empresas do comércio mundial de *commodities* agrícolas (grãos e oleaginosas), controlado quase inteiramente por seis empresas: Cargill, Cofco, ADM, Bunge, Wilmar International e Louis Dreyfus Co, que comercializam as forragens destinadas à criação industrial de animais, principalmente soja e milho transgênicos.

Os maiores processadores de carne de aves, suínos e bovinos atualmente são JBS, Tyson Foods, Cargill, WH Group-Smithfield e NH Foods. O Grupo WH, da China, é a maior empresa suinícola do mundo e é dominante na América do Norte, proprietária da Carroll Farms, onde se originou a gripe suína.

O caso da Cargill é significativo, pois sendo a maior empresa global no comércio de *commodities* agrícolas, passou de fornecedor de forragem a ser também criadora, sendo a terceira empresa mundial de cárnicos (aves, porcos, vacas).

Apesar dos desastres causados pela pandemia de Covid-19, essas empresas continuam suas atividades, criando a próxima pandemia, que poderia até ocorrer enquanto a atual ainda estiver ativa.

É hora de acabar com esse sistema agroalimentar absurdo e prejudicial, que apenas beneficia as corporações. É o principal fator da mudança climática e, apesar de usar 70 a 80% da terra, água e combustíveis para uso agrícola, eles alimentam apenas 30% da população mundial. *Silvia Ribeiro, “Gestando la próxima pandemia”, La Jornada, 25 de abril de 2020.*

Existe um obscurantismo cruel na conduta da prática industrial: a crença aberrante de que as técnicas mais caras aplicadas aos atos mais humildes tornam as pessoas prósperas. A cegueira reforçada pelas profissões dominantes sobre as quantidades de energia socialmente ótimas; a superstição de que os seres humanos têm que viver apenas em um casulo institucional que os empanturre de educação, calorias e assistência médica.

Já existem muitas pessoas que percebem o conflito latente entre seres humanos e instrumentos industriais. Ivan Illich encarna a esperança de que esse conflito se manifeste em uma Grande Crise ou seja a ocasião de *uma opção sem precedentes*. Quando a ilusão industrial se dissipar, a possibilidade de uma *sociedade convivial* aparecerá como uma alternativa muito realista, onde um número crescente de pessoas faça mais com menos. “Humanos que sabem dizer claramente o que querem, o que podem e o que não precisam” já preparam o terreno para uma crise espontânea que exigirá uma solução global. Os caminhos da crise dependerão da diversidade de horizontes a partir do qual essas vozes surgirão e da clareza com que a opção for levantada: queremos ferramentas conviviais [aquelas que nos devolvem à comunidade] ou que sejamos esmagados pela mega-máquina, pelas ferramentas industriais [que nos afastam do corpo social]? *Jean Robert, Os Cronófagos, a ser publicado em breve.*

Em 24 de março, foram realizadas ações de protesto com bloqueios, barreiras em estradas e barricadas em vários pontos de Chiloé, em resposta à violência exercida pelas forças repressivas do Estado, que romperam o controle sanitário para abrir pela força a circulação de caminhões da indústria salmoneira e da miticultura [mariscos] provenientes do continente.

Deve-se notar que as organizações sociais de Chiloé conseguiram estabelecer um acordo com as autoridades regionais para isolamento diante da emergência sanitária da Covid-19 – ainda mais considerando que não havia casos de contágio no arquipélago – sendo determinado que passariam pelo Canal de Chacao apenas alimentos e suprimentos básicos. No entanto, no dia 24, foi permitida a circulação de caminhões da indústria da aquicultura e de alguns ônibus, escoltados por forças especiais de carabineiros e infantaria de guerra da Marinha, que reprimiram os residentes defensores da medida sanitária, prendendo dois deles: o presidente da JJVV de Chacao, Andrés Ojeda e o vizinho Pablo Montalva de Coñimó.

Ao ser preso, Ojeda disse: “É lamentável que



Monocultivo de abacaxi em Quevedo, Equador. Foto: Biodiversidade

Salmon-Chile, seus associados e a indústria de miticultura tenham Chiloé de joelhos. Nestes dias complexos, eles colocam suas atividades econômicas à frente da saúde de nosso povo em conluio com o governo regional e várias autoridades locais”.

Chiloé é um arquipélago com mais de 40 ilhas, com cerca de 170 mil habitantes distribuídos em 10 municípios, o que o deixa em um estado de extrema vulnerabilidade devido à falta de condições sanitárias para enfrentar uma emergência desse tipo desde o ponto de vista da conectividade e do sistema hospitalar.

Logo após os violentos rompimentos sanitários por agentes repressivos do Estado, foram realizadas, à tarde e à noite, ações de protesto em Chiloé com bloqueios, barreiras em estradas e barricadas em vários pontos de Ancud, Quemchi, Castro, Quellón e Queilen. No dia seguinte, em outros lugares e na Ilha Lemuy, cujo município principal é Puqueldón, também houve manifestações destinadas à proteção efetiva da população: “A única barreira que de alguma forma nos protegeu ou pretendia fazê-lo foi demolida pelo Estado no canal de Chacao. Todos os municípios neste momento estão se organizando para proteger o arquipélago de Chiloé e esperamos fazer nossa parte por Lemuy”,

assinalam representantes do movimento social.

Após as violentas ações contra os habitantes de Chiloé no canal de Chacao, Álvaro Montaña, do Movimento Defendamos Chiloé, relatou a chegada de um maior aparato repressivo: “Neste momento, a empresa Transmarchilay permitiu a entrada de um tanque [*guanaco*] e mais dois carros de combate. Esta é a resposta do governo à nossa necessidade. Eles não enviam médicos, não enviam macas, mas enviam *guanacos*, sob o patrocínio da empresa Transmarchilay, para que todos os chilotes saibam”. A escritora poeta canaria-chilote, Maribel Lacave, disse à *Rádio Estrella del Mar*: “Estamos falando de uma situação extrema, de um problema de agressão à vida, então vamos defender nossos vizinhos e vizinhas cuja única coisa que estão fazendo é sacrificando-se para evitar a entrada de contágio. Estamos cuidando da saúde de todos”. *Rebelión en Chiloé contra irresponsabilidad sanitaria estatal y acuícola, Territorios comunicaciones, Chile, 25 de março de 2020*

Concomitante com a usurpação e a vassalagem, Hernán Cortés efetuou o deslocamento do cultivo de milho dos povos para alocar terras à cana-de-açúcar. Por volta de 1524, ele estabeleceu dois engenhos de açúcar em Tuxtla e, em 1532, outro

engenho em Tlaltenango, perto de Cuernavaca. A leste de Morelos, em 1582, a fazenda do Hospital instalou um canavial em território usurpado, entre outros, do povo de Anenecuilco. [...]

Esse sistema agrário que ultrapassou a declaração de independência representava, no final da ditadura de Porfirio Díaz, a maneira predominante pela qual a exploração dos trabalhadores rurais era realizada. Não era um regime homogêneo, mas em conjunto as fazendas de todo o país possuíam 16,6 milhões de hectares e tinham o controle dos principais produtos agrícolas, exceto o mais importante de todos do ponto de vista econômico e civilizatório: o milho.

Em segundo e terceiro graus de importância, alternando-se por anos, a cana-de-açúcar e o sisal foram as culturas mais importantes pelo valor da colheita e estavam monopolizadas pelas fazendas. O mesmo aconteceu com outras culturas importantes, como fumo, algodão, café e trigo.

No final da ditadura porfiriana, no início do século XX, pode-se ver a importância estratégica das fazendas de Morelos, considerando que eram unidades capitalistas de alto rendimento, cuja força baseava-se, por um lado, no monopólio das terras e, por outro, em um alto nível tecnológico dos en-

genhos de açúcar. Em Morelos, 46% do território estava nas mãos das fazendas e em cada 100 homens, entre 11 e 60 anos, 79 eram peões. Ambos os dados foram os mais altos do país, exceto em Guerrero.

Com a tecnologia moderna produziu-se no interior das economias açucareiras do mundo a separação entre a propriedade da terra e a propriedade do engenho industrial; no entanto esse não foi o caso do México. Aqui a maquinaria moderna foi aplicada – em larga escala, no caso de Morelos – ao modelo de propriedade colonial. Além disso, intensificou-se o monopólio da terra e também a centralização da fase industrial nas mãos dos proprietários. A fazenda porfiriana combinou a apropriação de uma renda absoluta, derivada do monopólio da terra, com a apropriação da mais-valia, derivada da exploração do trabalho assalariado. Isso produziu uma classe híbrida – proprietário de terras e capitalista industrial ao mesmo tempo – com métodos exacerbados de exploração, humilhação e espoliação.

As formas de subjugação se multiplicaram com essa modernização. Porém os assalariados das fazendas não eram trabalhadores “livres”, e sim peões submetidos através do endividamento e da



Foto: Biodiversidade

vigilância especial dos capatazes. Para maior controle, os trabalhadores frequentemente viviam de forma precária dentro da fazenda. Francisco Pineda, “*Emiliano Zapata: milho, açúcar e óleo*”, *Desinformémo-nos*, abril de 2012.

O avanço do modelo agroindustrial da monocultura faz parte da dinâmica regional, por isso é importante considerar os acordos assinados e os que estão sendo negociados pelo Mercosul, uma vez que os acordos de livre comércio ameaçam a produção camponesa e implicariam em um aprofundamento da presença das corporações do agronegócio. O avanço do modelo na região é apresentado tomando-se 2003 como ponto de referência, quando o cone sul começou a ser chamado de “República Unida da Soja”. Nestes 15 anos, os cultivos de soja cresceram de pouco mais de 33 milhões de hectares para quase 58 milhões de hectares. Base-Is, Con la soja al cuello, Informe sobre los agronegocios en Paraguay, 2018. Marielle Palau, coordenadora.

Os cultivos transgênicos de soja e milho no Uruguai têm vários aspectos: econômico-político, científico, de saúde, ambiental, bioético, social e cultural. As “normas relativas à biossegurança de vegetais e suas partes geneticamente modificadas” determinam uma política de “coexistência regulamentada” entre culturas GM e não GM, bem como a rotulagem voluntária de alimentos que contêm OGM, se for possível comprovar em seus produtos finais. A análise de glifosato não pode ser realizada em amostras humanas. A interação entre academia e política é muito complicada. As consequências são um aumento do PIB pelas exportações, ao custo de maior uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade, de soberania alimentar, desaparecimento de polinizadores e uma série de impactos que exigem novos indicadores para poderem ser analisados. Propomos um espaço interdisciplinar que tenha como objetivos gerais fazer a avaliação do impacto do pacote tecnológico (avaliando a exposição ao glifosato e outros agrotóxicos, a presença de transgênicos em sementes, cultivos, matérias-primas e produtos finais); a avaliação de sistemas de produção agroeconômica, com indicadores para avaliar a produção agroecológica; aporte de critérios técnicos para regular a biossegurança e outras políticas e consultas públicas sobre segurança, soberania alimentar e saúde humana; e formação de recursos humanos, divulgação e comunicação de resultados.

A alternativa é colocar nas mãos da produção ecológica os saberes existentes, formar-se cientifi-

camente, aprender da Mãe Terra, imaginar e reinventar a *milpa*, dar um marco científico aos bons usos e costumes, aos bons hábitos e à boa alimentação. Pablo Galeano e Claudio Martínez, Núcleo Interdisciplinario Colectivo TÁ: “*Transgénicos y alternativas agroecológicas*”.

A questão da coexistência entre OGMs e sementes nativas apareceu na sessão sobre agricultura e transgênicos do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) no México. Foi central o debate sobre a introdução de milho geneticamente modificado no México, centro de origem. A controvérsia começou em 2001. As autoridades competentes (Cibiogem, 2003) permitem a introdução de OGM por todos os meios possíveis. Existe um “faz de conta de seriedade” (expressão com o qual alguns franceses definem a atitude de atuar como se fizessem tudo, mas, na realidade, nada fazendo). As leis mexicanas sobre o assunto parecem avançadas, vistas de cima, mas a realidade é completamente diferente. Existe um conflito entre uma epistemologia reducionista e uma complexa.

Para os reducionistas, apenas os especialistas podem dar sua opinião, apenas as opiniões técnicas são válidas; então prevalece a noção de que os OGMs são um mal necessário; quanto maior a tecnificação, maior o progresso; e fala-se das possibilidades de coexistência, *impondo divisões artificiais e arbitrarias do país* para estabelecer locais onde os cultivos GM poderiam ser plantados, especialmente no nordeste do México.

Nossa resposta, a partir da complexidade, é realizar análises multidisciplinares de problemas específicos e preparar documentos para difusão e divulgação, realizando um trabalho conjunto com organizações da sociedade civil. *Intervención de Alma Piñeyro no seminário Nuevas tendencias tecnológicas y sus impactos en América Latina. Grupo ETC, Memórias do seminário, Heinrich Boll, 21-23 de maio de 2018.*

Na Bolívia, as empresas agroindustriais não se apropriam legalmente da terra, mas geram um processo de dependência que força aqueles que produzem em pequena escala a arrendar-lhes seus hectares. Em outras palavras, eles podem conservar sua propriedade e ter acesso a sua terra, mas não participar do modelo do agronegócio, que requer capital intensivo.

Essa situação de arrendamento de terras está diretamente relacionada à estrutura agrária do país, com uma desigualdade muito clara: 78% dos produtores de soja em Santa Cruz de la Sierra são

de pequena escala (50 hectares ou menos) e controlam apenas 9% da terra. Apenas 2% dos que produzem (aqueles que exploram mais de mil hectares) controlam 70% da terra.

No Paraguai, o apoio institucional ao agronegócio e à concentração de terras ocorre em quase todos os níveis de governo, desde o aparato repressivo até os órgãos de controle e as áreas responsáveis pela aprovação das sementes transgênicas. A expulsão da população camponesa e indígena ocorre principalmente por meio de mecanismos de coerção, intoxicação, arrendamento e venda de “direitos” (posse sem títulos).

Enquanto isso, no Uruguai, o processo de concentração de terras ocorreu com o avanço do agronegócio, que (além da soja) inclui o modelo florestal-celulósico. *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur, Capítulo 4: Concentración de la tierra y expulsión de pueblos originarios y campesinos de sus territorios*

O desenvolvimento intensivo de monoculturas comerciais para o mercado de exportação implicou na degradação e contaminação dos ecossistemas nas áreas onde ocorrem. A maioria das importações de alimentos do México e quase todas as suas exportações agrícolas estão concentradas nos Estados Unidos, um país com uma política agressiva em escala global e uma trajetória no manejo político de suas exportações de alimentos. Com isso, o governo mexicano perdeu autonomia na gestão de sua política agroalimentar. Consideremos a vulnerabilidade ambiental, manifestada na falta de uma política clara que vise preservar e desenvolver a biodiversidade e a riqueza fitogenética do México. Essa situação está relacionada à diminuição das oportunidades de vida dos pequenos produtores camponeses, que há séculos vêm desenvolvendo diversidade de raças e variedades dos cultivos básicos, principalmente no caso do milho. Esses produtores tiveram que migrar dentro e para fora do país para sobreviver, abandonando a agricultura. Devido a esta situação, diminui a possibilidade de manter as raças tradicionais dos cultivos e as variedades silvestres nos locais de origem. Acrescentam-se a isso os programas governamentais que disseminam o uso de sementes híbridas entre camponesas e camponeses e, sobretudo, a entrada descontrolada de sementes transgênicas de milho, o que põe em risco o patrimônio biogenético dessa planta. *Humberto González e Alejandro Macías, “Vulnerabilidad alimentaria y política agroalimentaria en México”, Desacatos. Revista de ciencias sociales, 2014.*

O crescimento do uso de agrotóxicos na região foi exponencial e está diretamente relacionado ao avanço do modelo de agronegócio centrado em sementes transgênicas resistentes a herbicidas.

Uma característica repetida em todos os países é que não existe um registro rigoroso ou atualizado do uso de agrotóxicos. Isso não é por acaso: a ausência de estatísticas oficiais faz parte de uma estratégia que une empresas e governos para evitar que os danos sejam quantificados e precisos. [...]

Nos anos 90, a Monsanto apresentava o glifosato como inofensivo e biodegradável. A proposta era, então, substituir os herbicidas mais tóxicos pelo novo produto. Atualmente — depois de centenas de pesquisas científicas — não apenas sua inocuidade foi desmentida, mas o mesmo sistema hoje promove, através dos transgênicos com resistências piramidadas, os mesmos herbicidas que supostamente teria substituído. Além disso, eles vendem tecnologias como a resistência ao 2,4D — um herbicida usado comercialmente desde 1946 e proibido em muitas jurisdições por causa de sua toxicidade — anunciando-as como fórmulas de ponta. *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur, Capítulo 3: Agrotóxicos: el crecimiento exponencial de su uso y los impactos en la salud y los territorios*

Ao longo da história, o cultivo de milho operou como um eixo da auto-organização na comunidade camponesa do México e, em uma perspectiva mais ampla, foi suporte para um dos processos civilizatórios da humanidade. Essa história é a raiz profunda da revolução do sul. [...]

O milho não monopoliza os nutrientes da terra, mas, ao contrário, aumenta sua produtividade quando é plantado em conjunto com outras culturas, na *milpa*, com o feijão, a moranga e a pimenta; em unidades que também produzem tubérculos, cereais, agaves, hortaliças ou árvores frutíferas. O autoabastecimento dos bens necessários, como sabemos, tem sido uma barreira de resistência à monetarização e mercantilização de tudo.

Desse ponto de vista, é possível considerar que a diversidade — tanto na produção como no aproveitamento do milho — e a auto-organização constituem o suporte material e organizativo da autodeterminação da comunidade camponesa, como prática cotidiana. Para os zapatistas, a economia do milho era o sustento da vida e, ao mesmo tempo, a base material de sua vocação para a liberdade.

[...] O conflito nuclear da revolução do sul, entre as fazendas e os povos, também pode ser considerado o confronto violento entre a economia

açucareira, com suas formas de submissão, e a economia do milho, com suas formas de auto-organização e liberdade. A partir dessa perspectiva, também é possível observar a resposta feroz que o poder empreendeu contra a ação revolucionária dos zapatistas. *Francisco Pineda, “Emiliano Zapata: maíz, azúcar y petróleo”*, Desinformémo-nos, 6 de agosto de 2012.

sassinadas.

Na Argentina, os territórios camponeses e indígenas mais afetados estão localizados nas províncias do chamado Grande Chaco Americano: Formosa, Salta, Santiago del Estero, Chaco, Santa Fe e partes de Córdoba, San Luis e Catamarca. Na maioria desses territórios, existiam matas e famílias viviam ali, até o agronegócio avançar com violência: em alguns casos, com as ações de grupos



O Chaco Paraguayo. Foto: Henry Picado

Os milhões de hectares ocupados hoje pelos monocultivos de soja e milho transgênicos e o nível de concentração da terra nas mãos do agronegócio só puderam ser alcançados avançando-se sobre territórios camponeses e indígenas. A instalação do modelo transgênico foi realizada com diferentes níveis de coerção. Desde a fraude da compra irregular de terras — onde um empresário chegava com supostos títulos de propriedade e forçava camponesas e camponeses com posses ancestrais a ir embora — até o uso da violência exercida pela força pública ou por grupos de homens armados contra famílias que, cientes de seus direitos, se recusavam a deixar suas parcelas. Isso gerou (e continua a gerar) que milhares de pessoas sejam expulsas de suas terras, aprisionadas, feridas e as-

paramilitares e a cumplicidade do poder político e judicial; em outros, com o abandono do Estado, e também com os chamados “despejos silenciosos”.

Essa modalidade nada mais é do que enganar famílias que desconheciam seus direitos e não estavam organizadas. Os empresários se apropriavam das terras expondo títulos falsos de propriedade, fazendo com que as famílias — enganadas por advogados ou operadores judiciais — deixassem suas terras sem poder reivindicar seus direitos. Estimativas oficiais indicam um mínimo de oito milhões de hectares nesse tipo de conflito. *Atlas del agromercado transgênico en el Cono Sur, Capítulo 5, Criminalización de luchas campesinas y de pueblos originarios: la violación de derechos humanos, la represión y el asesinato como herramienta discipli-*



Centro experimental da Monsanto em El Petacal, Jalisco, México. Foto: Raymundo Espinoza

nadora, *abril de 2020*.

Uma carta exigindo que nem o Fórum Econômico Mundial nem a Fundação Bill e Melinda Gates se envolvam na futura “Cúpula sobre sistemas alimentares” foi enviada na semana de 16 de março por 550 movimentos sociais e redes internacionais, organizações internacionais da sociedade civil, movimentos e organizações regionais e centros de pesquisa em todo o mundo por iniciativa do Comitê Internacional de Planejamento para Soberania Alimentar (CIP) e entregue ao Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Em dezembro de 2019, a Secretaria-Geral da ONU anunciou uma Cúpula sobre Sistemas Alimentares em 2021, que o Fórum Econômico Mundial (FEM, mais conhecido como WEF por sua sigla em inglês e promotor do sistema agroindustrial e da agricultura por contrato como poucos), seria co-organizador e que Agnes Kalibata, atual presidente da Aliança para a Revolução Verde na África (AGRA), seria o representante de Guterres. Assim que isso se tornou conhecido, centenas de organizações exigiram o fim da “aliança estratégica” com o FEM, considerando que o poder que as empresas transnacionais adquiririam sobre a política global de alimentos era extremamente perigoso, quando são elas que “causaram e/ou agravaram as crises sociais, econômicas e ambientais que o mundo enfrenta”.

A AGRA, financiada por Bill e Melinda Gates, “promove os interesses do sistema agroindustrial”, por isso é absurdo que represente a ONU. A carta diz que “a parceria entre a ONU e o FEM ajuda a estabelecer o capitalismo das partes interessadas como modelo de governança para todo o planeta”.

Nessa cúpula, seriam privilegiados os modelos ultra-tecnificados do sistema agroindustrial promovidos pelas empresas, desprezando as perspec-

tivas dos mais afetados pela fome e desnutrição: povos originários, pessoas sem-terra, mulheres, trabalhadores rurais, camponeses, pescadores, pastores, consumidores, pessoas que sofrem de insegurança alimentar nas áreas urbanas e os jovens.

O Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) para as relações com o Comitê de Segurança Alimentar da ONU nos mantém atualizados sobre essa situação. Em um boletim de 24 de março, propõe que “colocar a FAO e o Comitê Mundial de Segurança Alimentar, bem como os governos, na vanguarda da Cúpula, garantiria uma governança alimentar multilateral e inclusiva”. Caso contrário, “aumenta o risco da influência corporativa na Cúpula e o potencial do papel dos povos mais afetados pela fome e desnutrição é ignorado”, tornando a governança alimentar perigosamente antidemocrática nesses tempos de pandemia. Grupo ETC, “*Los accionistas empresariales no deben conducir las políticas alimentarias*”, *abril de 2020*.

O bairro de Itzaingó Anexo, nos arredores da província de Córdoba (Argentina central), é formado por casas baixas, asfalto cinza e meninos e meninas que brincam na rua. Era como muitos outros bairros, até ganhar notoriedade pelo grande número de casos de câncer e malformações infantis registrados em sua população. Seus habitantes buscaram e começaram a encontrar as causas de tantos males: a leste, norte e sul havia campos de soja, separados do bairro apenas por uma rua. As pulverizações com agrotóxicos chegavam até as portas das casas.

A organização *Madres de Itzaingó*, nascida à medida que as doenças se multiplicavam, informou sobre os casos e denunciou os empresários sojeiros e a liderança política, por cumplicidade. Elas foram chamadas “as loucas”, mas se torna-



ram pioneiras em denunciar a contaminação do modelo agrário. Em 2009, quase uma década após as primeiras denúncias, a Justiça de Córdoba proibiu que pulverizassem nas proximidades do bairro. “Pulverizar em áreas urbanas viola as disposições da Lei Provincial de Agroquímicos e constitui um crime de contaminação ambiental, punível com pena de até dez anos de prisão”, explicou o promotor de instrução do Distrito III, Carlos Matheu, que determinou a figura penal da “contaminação dolosa do meio ambiente de maneira perigosa para a saúde”. Em 2012, tornou-se no primeiro caso a chegar a um julgamento criminal. Após dois meses de audiência, a sentença determinou que o produtor agrícola e o pulverizador aéreo eram considerados culpados de contaminar e afetar a saúde da população, sendo condenados a três anos de prisão (condicional, sem cumprimento efetivo). As *Madres de Ituzaingó* exigiram o cumprimento da pena efetiva.

Na *Campaña Paren de Fumigar Córdoba* (que reúne uma dezena de organizações), eles avaliaram a decisão: “É a primeira na Argentina. Estávamos certos: pulverizações são crimes e têm condenação”. *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur, Capítulo 3, Agrotóxicos: el crecimiento exponencial de su uso y los impactos en la salud y los territorios, abril de 2020*

Há uma crise ética e política no manejo da ciência, nos conteúdos em si, que tornam os objetos ingovernáveis, fazendo com que saiam do controle e gerem problemas efetivos. A biotecnologia ou a engenharia genética podem ser perpetuamente inovadas, mas há um problema: as tecnologias de edição de genes talvez permitam dispensar o uso massivo de agrotóxicos, mas a devastação de toda a biodiversidade na República da Soja, a devastação que gerou na Argentina, Uruguai, Brasil, Bo-

lívia, essa não se recompõe com edição genética. É uma devastação irreversível e acumulada. Uma série de desastres de tecnologias cada vez mais sofisticadas está se acumulando e cada nova geração, com cada novo pacote de iniciativas arrogantes que envolvem valorização do capital, deixa para trás uma acúmulo de fatores caóticos imprevisíveis que vão criando sinergia entre si. A indústria química global libera permanentemente 200 mil substâncias químicas – e poucas são monitoradas em muitos países da América Latina. A interação entre elas no ambiente não é monitorada. Há uma sombra invisível de interação química na totalidade do meio ambiente, que está interagindo com a totalidade dos ecossistemas e com a totalidade de nossos corpos, e que está por trás dessa crise do meio ambiente e da saúde. Andrés Barreda, “Nuevas tecnologías, crisis y capitalismo”, *Grupo ETC*, Memorias del seminario, *Heinrich Boll*, 21-23 de maio de 2018.

Uma análise do desmatamento no Cerrado, com base em dados coletados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), revelou que, entre agosto de 2018 e julho de 2019, apenas no Mato Grosso foi destruída uma área de 933 km². Deste total, a devastação ocorreu por meio de ações ilegais em 88% dos casos. Essa é uma redução de 6% em relação à área desmatada no ano anterior, mas, segundo documento publicado pelo Instituto Centro de Vida (IVC), a taxa de destruição do bioma continua sendo “alarmante” devido ao alto grau de ilegalidade nas ações. Uma grande parte do desmatamento ilegal identificado é proveniente de propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse registro eletrônico é obrigatório e visa integrar informações ambientais para a preservação de florestas e vegetação nativa. Do desmatamento ilegal identificado nessas

propriedades cadastradas, 64% está concentrado em grandes propriedades, com mais de 1.500 hectares. Segundo Vinícius Silgueiro, coordenador do Centro de Inteligência Territorial do ICV, os dados mostram que a destruição é realizada por quem já tem poder econômico e, portanto, é fácil serem identificados pelos órgãos ambientais para prestar contas por delitos. “Quando olhamos para o universo de propriedades desmatadas ilegalmente, ele se concentra em menos de 900 fazendas, um número muito pequeno em comparação ao número total de propriedades no Cerrado, cerca de 3%. É preocupante que poucas propriedades que poderiam estar sendo fiscalizadas sejam aquelas que destroem mais de 60% do bioma e ponham em risco a produção agrícola”. Philip Vidon, “*Grandes propriedades rurais são responsáveis por mais de 60% da devastação do cerrado*”, *Época*, 6 de fevereiro de 2020



O capitalismo industrial é semelhante a um iceberg. Na parte visível, os valores de uso produzidos de forma autônoma são substituídos por valores heterônomos ou “industriais”. A destruição dos saberes locais e das bases tradicionais de subsistência garante um processo de irreversibilidade. Sua eficácia não se baseia na supressão brutal de liberdades práticas, mas em torná-las improdutivas.

Na parte invisível do iceberg, o capitalismo industrial recebe a maior parte de seu tributo em esforço físico e fadiga. Acima de tudo, sobrecarrega aqueles que considera “improdutivos”: povos indígenas de todo o mundo, mulheres, jovens e idosos, mas também os próprios assalariados durante suas horas “improdutivas”. Devemos questionar radicalmente o desprezo demonstrado pelo modo de produção dominante (heterônimo, industrial, “capitalista”, “masculino”) com relação a todas as formas que se desviam de sua norma (autônoma,

conviviais, “corporais”, “femininas”).

Ao atribuir aos discrepantes um escasso “valor do tempo”, os planejadores sancionam, punem sua aparente baixa “produtividade”. [...] Com a finalidade de sobre explorar esses discrepantes, industrializando a produção compulsória de certos tipos de “valores de uso”, o modo dominante de produção confessa que realmente se alimenta da discrepância em relação à norma que ele proclama.

O fato decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada pelos trabalhadores ou capitalistas, mas pelos estratos da sociedade, ou sociedades, que não produzem de maneira capitalista, escreveu Rosa Luxemburgo em uma passagem profética [...]

Rosa Luxemburgo não se limita à realização da mais-valia. Explora suas origens, ou melhor, a maneira de criar as condições que tornam possível sua acumulação.

Dizer que o capitalismo vive de formações não capitalistas é dizer mais exatamente *que vive da ruína dessas formações*; e se ele tem uma necessidade absoluta do meio “não capitalista” para fins de acumulação, precisa dele como um solo nutritivo: um manto onde a acumulação pode ser realizada por absorção. Em uma perspectiva histórica, a acumulação de capital é um processo metabólico que se desdobra entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. A acumulação não pode ocorrer sem eles, mas além disso, vista a partir das formações não capitalistas ou pré-capitalistas, a acumulação consiste na corrosão e assimilação delas. *A acumulação capitalista tampouco pode existir sem as formações não capitalistas que não consigam permanecer ao seu lado*. O colapso contínuo e progressivo das formações não capitalistas é a condição para a existência do capital. *Jean Robert, Os Cronófagos. A ser publicado em breve*

Emiliano Zapata disse: “E a luta continua: de um lado, os grileiros de terras, os ladrões de matas e águas, aqueles que monopolizam tudo, do gado ao petróleo. E do outro lado, os camponeses espoliados de suas heranças, a grande multidão daqueles que têm prejuízos ou injustiças para vingar, aqueles que foram roubados em seus salários ou em seus interesses, aqueles que foram expulsos de seus campos e de suas casas por causa da ganância do grande senhor, e que querem recuperar o que é deles, ter um pedaço de terra que lhes permita trabalhar e viver como pessoas livres, sem capataz e sem patrão, sem humilhações e sem miséria”. *Francisco Pineda: “Emiliano Zapata: maíz, azúcar y petróleo”, Desinformémonos, 5 de agosto de 2012.* ✿

Dois Poemas

SER GUARDIÃ DE SEMENTES

Exige esforço e determinação
É carregar nas mãos
Uma bela missão
Ser guardiã de sementes
É cuidar de quem cuida da terra
É cuidar de quem cuida da gente
Ser guardiã de sementes
É resgatar variedades cultivadas
pelos antepassados
É garantir que estas sejam
preservadas para as futuras gerações
Ser guardiã de sementes
É tentar entender a complexidade
É trabalhar com a
agrobiodiversidade
É saber de cada planta a sua
especificidade
Ser guardiã de sementes
É jamais desistir
É manter o ânimo mesmo quando a
falta de chuva ou a geada acaba com
as plantações
É acreditar incansavelmente na força
de renovação da Vida a cada semente
que é lançada na Terra da existência.

VIVER NO CAMPO

É viver com simplicidade
É apreciar as noites enluaradas e
estreladas
É se encantar com o brilho dos vaga-
lumes
É sentir das flores o seu perfume
É acordar de madrugada
Com o cantar do galo e da
passarinhada
É brilhar os olhos com o verde da
plantação
É torcer para dar um dia ensolarado
Daqueles bom prá colher feijão
É também se alegrar com uma chuva
de verão
Que refresca até a alma e acalma o
coração
É ver o sol se pôr com o cansaço da
labuta
É ter a certeza que se vive para a luta
Viver no campo
É encontrar em cada instante a
felicidade
É ter a natureza como cenário do
grande palco da Vida

Ana Rauber - Movimento de Mulheres
Camponesas (MMC/Brasil)



Bayer-Monsanto comemora a lei de fomento do milho nativo

Em 24 de março, no meio da crise da Covid-19, foi aprovada a chamada *Ley Federal para el Fomento y la Protección del Maíz Nativo* [Lei Federal para o Fomento e a Proteção do Milho Nativo], com o voto unânime do Senado. Com esse título, muitos terão imaginado que seria uma norma para deter o ataque das empresas transnacionais transgênicas às sementes, aos povos indígenas e às comunidades camponesas. Infelizmente, esse não é o caso. Para além da intenção de seus promotores, essa disposição favorece os principais interesses das empresas que há duas décadas desejam avançar no país com suas sementes transgênicas e outras de alta tecnologia.

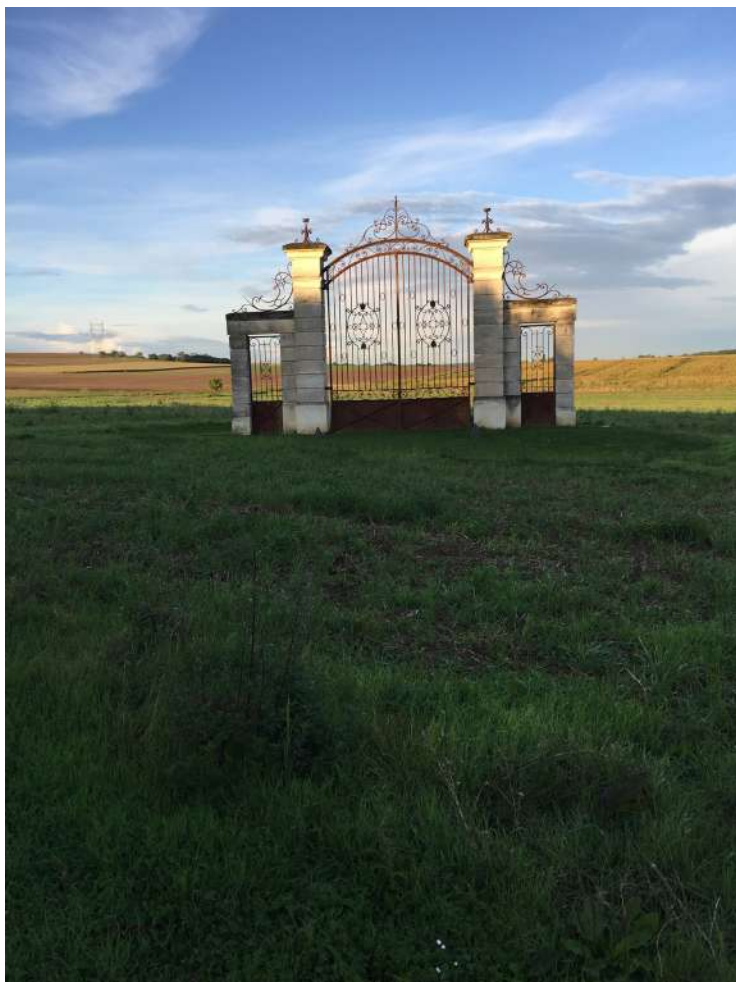
Por esse motivo, a *Asociación Mexicana de Semilleros AC* (AMSAC), cuja diretoria é formada pela Syngenta, Bayer (atualmente proprietária da Monsanto), Corteva (fusão da Dow e DuPont-PHI México) e outras das maiores empresas transnacionais de sementes em nível global,

publicou um boletim no mesmo dia parabenizando os parlamentares pela aprovação dessa lei. Eles declaram que essa norma “é um passo importante, [...] pois dará segurança aos produtores de milho em todo o território nacional”. Enfatizam que eles “continuarão trabalhando para promover o objeto dessa lei [...] aproveitando os desenvolvimentos tecnológicos, como as sementes melhoradas”. (<https://tinyurl.com/vo9pawr>)

A AMSAC é membro diretivo do *Consejo Nacional Agropecuario* (CNA), que por sua vez é membro fundador do *Consejo Coordinador Empresarial*. Representam, em grande parte, os setores industriais que devastaram a vida camponesa, a produção sustentável e a alimentação saudável. As seis empresas transnacionais globais que possuem mais de 70% dos mercados mundiais de sementes e agrotóxicos (e 100% de sementes transgênicas) estão no conselho de administração da AMSAC há anos. É o principal lobista da indústria de sementes, atuando em conjunto com o CNA. São os que lutaram e obtiveram privilégios para as empresas transnacionais em todas as leis existentes sobre sementes e patentes. (<https://tinyurl.com/ruoc3ka>; <https://tinyurl.com/t6lxfov>)

Antes da votação final no Senado, de onde se originou a iniciativa, a lei de promoção do milho nativo foi votada, com alterações, na Câmara dos Deputados em 18 de março, com 270 votos a favor. E ninguém se opôs. Será que o PRI, PAN, PRD, Morena e todos os partidos subitamente se deram conta da importância de proteger os povos do milho, suas sementes e culturas contra a invasão transgênica? Claro que não. Porque a lei não prevê tal coisa. Tampouco impede o patenteamento de sementes camponesas. Porém sim, separa o milho de seus povos reduzindo o complexo processo de milhares de anos de muitos povos, criando *milpas*, assembleias, florestas e suas próprias formas de governo para promover bancos comunitários de sementes, expressão que a maioria dos povos rejeita, porque vem do sistema financeiro e é estranha à sua concepção das sementes como um elemento na integralidade da política, economia e cosmovisão de seus povos. Além disso, estabelece que só é milho nativo aquele reconhecido pela Conabio, não pelos próprios povos e comunidades. Impõe a eles um novo *Consejo Nacional del Maíz* que, embora seja meramente consultivo, tem 16 membros, dos quais apenas seis são de comunidades indígenas ou *ejidos agrarios* [áreas agrícolas de uso comum].

Mas a principal razão pela qual as empresas transnacionais aplaudem essa lei é porque ela delimita áreas geográficas onde as autoridades reconhecerão que existem sistemas de produção de milho nativo, o que significa que abre o resto do país para plantar qualquer outra semente, de híbridas a transgênicas, ou as novas sementes biotec-



nológicas que as empresas chamam de edição de genes.

A Monsanto, a Syngenta e demais empresas insistem nesse ponto há décadas: que é necessário definir áreas, que na realidade não lhes interessa plantar onde há camponeses, apenas em todo o resto do país. Contra essa posição falaciosa e extremamente arriscada, que provocaria ao longo do tempo a contaminação transgênica por todo o país, insistimos que todo o México — e a Mesoamérica — é centro de origem do milho e, portanto, o plantio de qualquer semente de milho geneticamente modificada deve ser proibido.

Essa posição da chamada lei de fomento e outros erros graves nela — agora aprovados — foram claramente expressos pela *Red en Defensa del Maíz* desde que o parecer das comissões foi publicado em outubro de 2019 (<https://tinyurl.com/vjk8qyl>).

Enquanto isso, a Lei Monsanto, como é chamada a atual lei de biossegurança, aprovada em 2005, permanece intocada por todas e todos os agora legisladores e funcionários que prometeram em campanha que a revogariam. Além disso, a *Semarnat* participou em 2020 de um fórum on-line sobre biossegurança na Convenção sobre Diversidade Biológica e seu representante aderiu à posição da indústria de sementes de que não é necessário estabelecer novos marcos de biossegurança, nem mesmo para os condutores genéticos, transgênicos exterminadores altamente perigosos.

Por que nenhum dos funcionários e legisladores faz seu trabalho para realmente garantir a biossegurança e para que seja uma realidade o que foi anunciado por AMLO [atual presidente do México] sobre o milho transgênico não ser permitido no país?

Silvia Ribeiro (Grupo ETC)

Lei de fomento e proteção do milho: Novo ataque legal contra os povos?

Em 24 de março, o Senado aprovou a *Ley Federal para el Fomento y Protección del Maíz Nativo* (LFFPMN) após um ano de correções e discussões pelo Senado e Câmara dos Deputados. Na última versão, embora tenham havido ajustes, foi mantido o núcleo de conteúdos que trazem junto enormes problemas, conforme apontado pela *Red en Defensa del Maíz* em 2 de outubro de 2019.

O primeiro e mais evidente é que a Lei, como insistiu de maneira coloquial a senadora Ana Lilia Rivera, “não proíbe nada”. Como o milho nativo pode ser protegido sem decretar uma moratória, frear ou proibir o plantio experimental, piloto e comercial de milho geneticamente modificado, bem como seu traslado e comercialização?

Hoje sabemos que seus promotores assumem ser im-

possível proibir o milho transgênico se a *Ley de Bioseguridad y Organismos Genéticamente Modificados* o permite e se o novo Tratado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá (TMEC) impulsiona sua comercialização. Onde fica, então, a promessa do presidente López Obrador de que não haverá cultivos transgênicos no México, pelo menos aqueles destinados à alimentação?

O artigo 4 dessa Lei declara que é obrigação do Estado garantir o acesso ao consumo de milho nativo e seus produtos derivados, sem organismos geneticamente modificados (OGM), situação pouco factível de conseguir sem proibições claras de plantio e com o mercado aberto às importações de grãos de milho viáveis como semente procedentes dos Estados Unidos, onde mais de 90% do milho é transgênico.

O segundo problema apontado pela Rede é que o milho nativo foi definido como “semente básica” de acordo com “o artigo 3 da *Ley Federal de Producción, Certificación y Comercio de Semillas*” e de acordo com a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV). A LFFPMN aprovada define melhor o milho nativo, mas limita-o às raças identificadas pela *Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad* (Conabio), ou seja, apenas as catalogadas.

A terceira questão são os bancos de sementes. O artigo 13 da Lei estabelece que o Estado promoverá a criação de Bancos Comunitários de Sementes de Milho Nativo por parte dos *ejidos* e comunidades. Porém, entre as atribuições do *Consejo Nacional de Maíz* (Conam), instância também criada por essa Lei, está a de dar sua opinião para a *Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural* (Sader) sobre a autorização e supervisão dos Bancos de Sementes. Hoje, se qualquer *ejido* ou comunidade decide criar e operar um banco de sementes é totalmente livre para fazê-lo, não precisam solicitar autorização a nenhuma instância. Essa lei atribui ao Estado ingerência para autorizar e supervisionar os bancos de sementes dos *ejidos* e comunidades.

Os bancos comunitários de sementes têm pouca aceitação camponesa, pois cada família costuma guardar suas próprias sementes para plantar no próximo ciclo. As sementes são trocadas livremente entre as pessoas através de seus canais de confiança.

O mais grave é que o artigo 12 afirma que a Sader, a *Secretaria del Medio Ambiente y Recursos Naturales* (Semarnat), a da Cultura e o Conam identificarão as áreas geográficas nas quais se pratiquem os sistemas tradicionais de produção de “raças de milho nativo”, de acordo com as informações que obtenham, além de incluir o que foi dito por produtores e outras instituições.

Isso é um desatino: encapsular a produção de milho nativo e, portanto, toda a riqueza das *milpas*, que por mi-

lênios têm funcionado para manter vivos e diversos, não apenas o milho, mas a agricultura camponesa e as comunidades. Reduzi-las a regiões delimitadas e definidas pelo Estado e por alguns produtores (verdadeiras “reservas de milho nativo”), como todas as estratégias segregacionistas, também estabelecerá o paradoxo de que o resto das regiões não o são.

Não adianta afirmar que nessas regiões “as secretarias estabelecerão as medidas necessárias para promover a sustentabilidade dos sistemas tradicionais de produção de milho nativo”. Como o milho é uma cultura com polinização cruzada, resulta inútil delimitar fronteiras que o vento e os insetos não respeitam. Por que frear a livre troca de sementes e de saberes entre os povos, quando deram origem à grande diversidade de raças e variedades que se transforma ao longo dos séculos.

Sem se darem conta, os promotores dessa Lei, remetendo às instituições do Estado e a um Conselho onipotente a definição de onde é e onde não é cultivado o milho nativo, ou a supervisão dos bancos comunitários de sementes, estão violando o princípio da autodeterminação dos povos e impedindo a troca de sementes e de saberes dos quais o milho é fruto.

A discussão sobre as reservas de milho ocorreu em 2011, quando, para implementar a *Ley de Bioseguridad y Organismos Genéticamente Modificados*, popularmente conhecida como Lei Monsanto, as secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente impuseram uma definição dos centros de origem e diversidade do milho (2011). Às tentativas de segregação por regiões, comunidades camponesas e indígenas, junto com pessoas da ciência e amplos setores sociais, afirmamos que todo o México, e mais além, é centro de origem e diversidade do milho. Assim também hoje, contra o LFFPMN, reivindicamos que o milho nativo é plantado e seja plantado em todo o México.

Propor a estratégia de reservas de milho é permitir o plantio de qualquer coisa e sob qualquer método nas regiões onde o Estado e seu *Consejo del Maíz* definam que o milho nativo não é plantado. São as corporações de sementes que promoveram essa segregação regional para contornar as proibições de entrada de seus produtos, sobretudo as sementes de cultivos geneticamente modificados.

Portanto, não surpreendem os parabéns aos deputados pela aprovação da LFFPMN dados pela *Asociación Mexicana de Semilleros AC* (AMSAC), onde recomendam que “a diversidade genética do milho nativo e de outros recursos genéticos vegetais” seja salvaguardada e aproveitada. E dizem: “Como Associação, continuaremos trabalhando para promover o objeto dessa lei, além de aumentar a produção de alimentos básicos no México, aproveitando



os desenvolvimentos tecnológicos, como as sementes melhoradas, cujas características beneficiaram grandemente a produtividade agrícola e ajudaram a mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas ao enfrentar os desafios da agricultura moderna.”

Em 2010, o GRAIN destacou a apresentação que a AMSAC fazia de si mesma como “uma associação que integra todo o setor de sementes no México, que tem poder e influência nas decisões do governo, com capacidade de gestão e participação em leis e normas, e é reconhecida por seus serviços e infraestrutura para resolver os problemas de seus membros”. A AMSAC no México é claramente um ‘lobby’ muito eficiente sem qualquer relação com a agricultura camponesa ou o milho nativo e, em vez disso, tem promovido os organismos geneticamente modificados, a *Ley Federal de Producción, Certificación y Comercio de Semillas* de 2007 e a adesão do México ao acordo UPOV versão 91, onde se promove a privatização de sementes. Na AMSAC estão todas as principais empresas transnacionais de sementes, entre as quais estão em seu conselho diretivo os gigantes genéticos Bayer, hoje fundida com a Monsanto, e Syngenta, além da Corteva, que atualmente soma diversas fusões.

Então, a indústria e as secretarias de Estado comemoram o grau de inocuidade da lei, mas ela é realmente inócua? Não só não prejudica seus interesses, mas os posiciona.

As comunidades a impugnam pelos graves danos causados ao trabalho milenar de criação mútua com o milho e a milpa, e aos povos que continuam a reivindicar serem gente do milho em defesa de seus territórios e de sua autonomia. 🌿

Ana de Ita (Ceccam) e Ramón Vera-Herrera (GRAIN)

Às águas: gratidão, perdão, respeito e compromisso

Raquel Rigotto *

Convido hoje vocês a expressarmos nossa gratidão à Água! A começar pelos bilhões de mãos que ela tem lavado milhares de vezes nestes últimos dias, nos protegendo da contaminação pelo coronavírus. Pela sua presença em cada uma de nossas células e em nossos fluidos, sustentando a vida. Pelo contato úmido com as sementes, fazendo brotar os alimentos. Por ser o berço doce ou salgado de tantos seres que são a base de toda a cadeia alimentar. Por fecundar as florestas, correr na seiva das árvores e no sangue de todos os bichos que nela vivem. Por abrigar o sagrado nos rituais de povos indígenas, negros e brancos. Pelo encantamento dos rios, cachoeiras, lagoas e mares. Pelo mistério dos aquíferos. Pela generosidade de evaporar dos rios da Amazônia para voar pelas nuvens e presentear outros territórios. Pela fartura do Cerrado — berço das águas — que alimenta quase todas as regiões hidrográficas do Brasil. Por seus cantos. Por...

Precisamos também pedir perdão à Água. Com o coração consternado, voltamos de uma visita que fizemos esse ano a povos indígenas que vivem na bacia do rio Formoso, no Tocantins, bem próximo aos rios Javaé e Araguaia, na Ilha do Bananal. Um rio farto, caudaloso, rico em tantos e diversos peixes, que alimenta aquelas maravilhosas matas alagadas e há muito tempo é a base da vida dos povos que lá estão. Pois o que vimos foi um rio (e terra) escravizado. Parte dos mais de 1.400.000 hectares de área plantada com os *monocultivos-commodities* do Tocantins (soja, cana, arroz, milho) estão ali, violentando as águas do rio e roubando sua formosura. A mão e o poder dos fazendeiros barra as águas e as obriga a entrar por canais artificiais que vão até os seus cultivos para irrigá-los. Da barragem para baixo, toda a vida que há no leito do rio é queimada pelo sol e transformada em areia, onde as camionetes podem viajar, mas não os barcos dos ribeirinhos e povos indígenas. Piracema não há mais. Mas há os canais que trazem de volta o resto da água da irrigação do arroz para o rio, agora contaminada por venenos (são mais de 22 milhões de litros de agrotóxicos usados anualmente nestes cultivos no Tocantins): os peixes boiam mortos na superfície, as crianças adoecem nas aldeias, a vida se esvai...

É dessa captura/roubo das águas que vive o agronegócio, responsável por 67,1% da água consumida no

Brasil. Segundo o Relatório da Agência Nacional de Águas publicado em 2019 [1], são 745.000 litros de água consumidos a cada segundo – o que uma família média no Brasil leva 19 anos para consumir!

Além disso, contaminam as águas dos rios e aquíferos: estudo realizado pela Universidade Federal do Mato Grosso [2] mostrou que, em Lucas do Rio Verde/MT, foram encontrados resíduos de agrotóxicos em 81% das amostras coletadas em quatro rios, principalmente endosulfan, flutriafol e metolacolor. Não é à toa que o agronegócio prolifera rapidamente no Cerrado, berço das águas do Brasil. E não é à toa que os dez municípios que mais consumiram agrotóxicos no Brasil (em litros, em 2017) são também do Cerrado: Sorriso-MT (14,6 milhões), Sapezal-MT (11,1 milhões), São Desidério-BA (10,2 milhões), Campo Novo do Parecis-MT (9,1 milhões), Nova Mutum-MT (9,0 milhões), Formosa do Rio Preto-BA (8,1 milhões), Nova Ubiratã-MT (8,0 milhões), Diamantino-MT (7,6 milhões), Rio Verde-GO (7,3 milhões), Campo Verde-MT (6,7 milhões).

Contaminar as águas é também o que faz a mineração, outra vertente do modelo de desenvolvimento brasileiro. Foram 680 km de corpos d'água contaminados em Minas Gerais e no Espírito Santo, ao receber o despejo de 40 milhões de metros cúbicos de resíduos da mineradora Samarco S.A., subsidiária das mineradoras Vale SA e BHP Billiton, em Mariana (MG). E mais Brumadinho, com quase três centenas de mortos pela irresponsabilidade das empresas com as águas por elas aprisionadas.

Por isso, mais um convite fica para todos nós no Dia Mundial da Água: quando a gratidão é genuína, e o pedido de perdão é profundo, eles podem se juntar para contagiar os outros com o nosso respeito às águas – honrá-las! – e para fortalecer o nosso compromisso com a luta em defesa de sua liberdade e de sua vida, que dá a Vida a todos nós vivos! 🌿

* Raquel Rigotto é professora da Universidade Federal do Ceará e integrante do GT Diálogos e Convergências Águas/ Abrasco/RBJA, além de ser colaboradora da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

1 Agência Nacional de Águas (Brasil). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019: informe anual / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2019.

2 Pignati WA et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(10):3281-3293, 2017. DOI: 10.1590/1413-812320172210.17742017 <http://semcerrado.org.br/sem-categoria/as-aguas-gratidao-perdao-respeito-e-compromisso/>

A cidadania e os povos do mundo reivindicamos nossa semente

Vamos comemorar o Dia Internacional da Semente,
não o Dia Mundial da Propriedade Intelectual

(26 de abril 2020)

#diainternacionaldassementes

46

Estamos vivendo tempos de desafios extraordinariamente difíceis. A crise sanitária da Covid-19 fomentou uma crise econômica, expondo os riscos subjacentes, as fragilidades e as desigualdades de nossos sistemas alimentares. É essencial recuperar nossa diversidade de sementes, nossos ecossistemas biodiversos, os entornos bioculturais que sustentam os sistemas alimentares locais nutritivos e milhões de modos de vida e sustento. À luz da pandemia, exigimos a proteção total e o cumprimento dos direitos das mulheres e homens camponeses e dos povos originários de todo o nosso planeta.

Em 26 de abril, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) comemoram o Dia Mundial da Propriedade Intelectual 2020 com o lema: “inovar para um futuro verde”.

As organizações abaixo-assinadas condenamos essa visão extremamente unilateral e tendenciosa, e estamos surpresas com a maquiagem verde descarada, que canta louvores ao sistema de proteção de variedades de plantas da UPOV e às patentes como se isso impulsionasse um futuro verde.

Pelo contrário. As patentes e os sistemas de proteção de variedades de plantas baseados na UPOV são mais um obstáculo para a inovação, especialmente para a inovação camponesa que criou a agrobiodiversidade, vital para a sobrevivência de todos nós.

A UPOV faz parte da arquitetura global das leis de propriedade intelectual, juntamente com as leis de sementes, que apóiam e reforçam os atuais sistemas alimentares industriais e a monocultura agrícola. Esse sistema baseia-se na mercantilização da natureza e dos saberes e prejudica seriamente os direitos dos camponeses, agricultoras e agricultores e os sistemas de agricultura camponesa, degrada a biodiversidade e tem causado uma grande destruição dos sistemas que sustentam a vida na Terra. A produção agrícola industrializada e as cadeias de suprimento de alimentos comprometem o futuro do planeta e dos seres humanos, como estamos experimentando agora. Além disso, essas cadeias de suprimentos globalizadas são visivelmente vulneráveis a pandemias como a Covid-19.

De fato, o surto de Covid-19 aponta para complexas interações entre o desmatamento, a redução da diversidade

biológica, a destruição de ecossistemas e a saúde e segurança humana. Todos esses processos destrutivos foram amplamente impulsionados pelo sistema alimentar global controlado por empresas agrícolas e industriais, das quais a UPOV é uma parte intrínseca.

Opomo-nos à afirmação de que os direitos de propriedade intelectual sobre as sementes equivalem a facilitar a inovação no melhoramento de plantas e a “promover culturas resistentes que respaldam a segurança alimentar global”. Pelo contrário, o sistema que a OMPI e a UPOV promovem impede, enfraquece, restringe e desvaloriza a inovação local e os sistemas de conhecimento e saberes tradicionais. Seu modelo é particularmente inadequado para os camponeses e os povos originários do Sul, que dependem em grande medida dos antigos sistemas de conservação e troca de sementes. De fato, são a inventividade e as inovações camponesas que alimentaram o mundo, produzindo culturas resistentes e fornecendo alimentos saudáveis e nutritivos. Assim continuam fazendo mesmo em tempos de crise.

O sistema agroindustrial continua enganando o público em todo o mundo, apesar de ter desempenhado um papel na causa das crises climáticas e ecológicas em que nos encontramos, como evidenciado pelas intensidades e frequências de doenças infecciosas. Não devemos permitir que as empresas se reinventem, apresentando-se como salvadores, quando foram quem causou o problema em primeiro lugar. Nem devem ser recompensadas com direitos de propriedade intelectual que mercantilizem e monopolizem as sementes, solapando os direitos dos camponeses.

Em todo o mundo, as comunidades pobres e marginalizadas, severamente afetadas pelas grosseiras desigualdades existentes, estão se esforçando para garantir o acesso a cuidados de saúde, a medicamentos e alimentos enquanto a pandemia de Covid-19 continua a infectar e reivindicar centenas de milhares de vidas. Ao mesmo tempo, os sistemas alimentares locais são reorganizados e reestruturados pelos movimentos sociais em todo o mundo, no interesse das pessoas e do planeta. Esses movimentos estão encontrando maneiras de conectar aqueles que produzem em pequena escala, e especialmente aqueles que praticam agroecologia, com as comunidades locais, e estão buscando maneiras de continuar fornecendo alimentos, mesmo em circunstâncias difíceis. Isso permite vislumbrar como poderiam ser os novos e mais resistentes sistemas alimentares do futuro.

Esta é uma oportunidade para reinventarmos nossa relação mútua, com a Terra e com tudo o que nos faz chamar este planeta de lar. Se já houve um tempo em que nossa imaginação e ação coletiva fossem necessárias, é AGORA.



Instalações da United Fruit, hoje abandonadas, em Palmar Sur, Costa Rica. Foto: Zuirí Méndez

Se alguma vez houve um tempo que exigiu construirmos sobre as inovações dos produtores locais de alimentos em todo o mundo, é AGORA.

Apelamos a todos os cidadãos, comunidades e povos, a cada nação, para festejar e proteger nossa herança comum, para nos unirmos e exigir uma transição justa em direção a uma vida na qual teremos que conviver com a Covid-19 e superá-la. Fundamental para isso é a necessidade imediata de democratizar nossos sistemas alimentares e os sistemas camponeses de sementes que os sustentam, e que procuremos ancorá-los localmente.

Neste dia, prestamos homenagem àqueles que mantiveram e inovaram a biodiversidade agrícola nos últimos 10.000 anos e continuam colocando alimentos diversos e saudáveis em nossas mesas. A biodiversidade e a diversidade cultural estão intrinsecamente ligadas e são o resultado de gerações de coevolução.

Neste dia, homenageamos os movimentos camponeses, os povos indígenas e a busca da soberania alimentar. Estamos juntos, instando todas as pessoas a agir e apoiar uma transformação radical dos sistemas alimentares, cada vez mais globalizados e privatizados, buscando criar sistemas agroecológicos resistentes, baseados na soberania alimen-

tar e das sementes.

Neste dia, comemoramos os saberes e as práticas daqueles que guardam as sementes: pessoas que produzem em pequena escala, que comercializam informalmente, pessoas sem terra, trabalhadoras e trabalhadores agrícolas, pessoas que lidam com o descarte de resíduos, pessoas que trabalham nos cuidados, e as pessoas que garantem que todas e todos possam alimentar e nutrir a si próprios e a suas famílias.

Neste dia, comemoramos o Dia Internacional da Semente, NÃO o Dia Mundial da Propriedade Intelectual #diainternacionaldassementes.

Pedimos que contribuam para construir e salvaguardar o mundo e a vida que queremos. Precisamos urgentemente criar economias locais, agricultura ecológica e sistemas alimentares locais que criem resistência em todos os níveis. Isto exige que os governos reorientem e institucionalizem subsídios agrícolas e investimentos em pesquisa para a agroecologia, além de investir e apoiar sistemas de sementes camponesas e cadeias de suprimentos locais. Todas as leis e políticas em torno da agricultura e sementes devem ser reavaliadas e reformuladas, com os camponeses



e os direitos dos povos indígenas como eixo central, para apoiar esses sistemas alimentares. As barreiras à diversidade, em particular as relativas aos recursos genéticos agrícolas, devem ser removidas e não devem inibir o uso e a troca plena e gratuita de variedades e raças agrícolas entre camponesas e camponeses, entre comunidades ou com os melhoradores genéticos do setor público.

Outro sistema alimentar é possível! Juntos, podemos resistir ao sistema invasor de sementes privatizadas e festejar a produção agroecológica e os sistemas alimentares locais, participando.

Compartilhem esta declaração amplamente. Advoguem na defesa do exercício dos direitos dos camponeses, no reconhecimento e apoio dos sistemas de sementes administrados por camponesas e camponeses e na eliminação de todas as leis de obtentores vegetais baseadas na UPOV. Vamos incentivar recursos a serem mobilizados para investir em agroecologia e cadeias de suprimentos locais.

Vamos inovar! Compartilhem suas idéias ou compartilhem as visões e inovações de outras pessoas para mobilizar nossos bens comuns, para além da propriedade privada.

Comprem localmente! Apoiem aqueles que praticam a agricultura local – essas pessoas e comunidades são nosso sangue vital.

Compartilhem as sementes! Participem de redes de troca de sementes – nossas sementes são o nosso futuro.

Comemorem! Compartilhem histórias de inovação camponesa.

Nós somos a semente! Plantem uma semente todos os dias, compartilhem fotos e nos contem histórias de sementes.

Use as hashtags # DíaInternacionaldelasSemillas no #WorldIPDay 🌱

A semente é vida e alimenta muitas vidas. Como as sementes sustentam a vida, nenhuma pessoa ou grupo deve reivindicar a propriedade delas. As sementes devem ser livremente acessíveis, para que possam ser usadas, preservadas, protegidas e melhoradas, principalmente por camponesas e camponeses.

Gilbert Manlapig, agricultor em pequena escala, Filipinas

Assinado por um imenso número de organizações internacionais, regionais e nacionais interessadas em defender as sementes nativas, livres, camponesas, de responsabilidade e confiança

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza é composta, atualmente, por treze movimentos e organizações que atuam na região:

GRAIN, (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Campanha Mundial da Semente da Via Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo
(<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org y
www.redanafae.com)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida todas as pessoas interessadas a apoiarem seu trabalho de articulação em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades. Os fundos arrecadados através das doações serão destinados a fortalecer os circuitos de distribuição da revista *Biodiversidade, Sustento e Culturas*, bem como sua impressão nos diferentes países em que a Alianza Biodiversidad atua

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em sua versão impressa, favor enviar uma mensagem de e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, organização, atividade principal da organização, nome e sobrenome, telefone, país, endereço postal: código postal, cidade, província (município), departamento (estado ou entidade).

